

Informações trimestrais

Companhia Energética do Maranhão - CEMAR

31 de março de 2016
com Relatório dos Auditores Independentes sobre a revisão de
Informações Trimestrais

Companhia Energética do Maranhão - CEMAR

Informações Trimestrais

31 de março de 2016 e 2015

Índice

Relatório dos auditores independentes sobre as Informações Trimestrais..... 1

Informações financeiras intermediárias

Balanço patrimonial	3
Demonstração do resultado	5
Demonstração do resultado abrangente	6
Demonstração das mutações do patrimônio líquido	7
Demonstração do fluxo de caixa - método indireto.....	8
Demonstração do valor adicionado	9
Notas explicativas às demonstrações financeiras intermediárias	10



Relatório sobre a revisão de informações trimestrais - ITR

Aos Administradores e Acionistas da
Companhia Energética do Maranhão - CEMAR
São Luis - MA

Introdução

Revisamos as informações contábeis intermediárias da Companhia Energética do Maranhão - CEMAR (“Companhia”), contidas no Formulário de Informações Trimestrais – ITR referente ao trimestre findo em 31 de março de 2016, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de março de 2016 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o período de três meses findo naquela data, incluindo as notas explicativas.

A administração da Companhia é responsável pela elaboração das informações contábeis intermediárias de acordo com o Pronunciamento Técnico CPC 21(R1) – Demonstração Intermediária, assim como pela apresentação dessas informações de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários, aplicáveis à elaboração das Informações Trimestrais - ITR. Nossa responsabilidade é a de expressar uma conclusão sobre essas informações contábeis intermediárias com base em nossa revisão.

Alcance da revisão

Conduzimos nossa revisão de acordo com as normas brasileiras e internacionais de revisão de informações intermediárias (NBC TR 2410 - Revisão de Informações Intermediárias Executada pelo Auditor da Entidade e ISRE 2410 - *Review of Interim Financial Information Performed by the Independent Auditor of the Entity*, respectivamente). Uma revisão de informações intermediárias consiste na realização de indagações, principalmente às pessoas responsáveis pelos assuntos financeiros e contábeis e na aplicação de procedimentos analíticos e de outros procedimentos de revisão. O alcance de uma revisão é significativamente menor do que o de uma auditoria conduzida de acordo com as normas de auditoria e, conseqüentemente, não nos permitiu obter segurança de que tomamos conhecimento de todos os assuntos significativos que poderiam ser identificados em uma auditoria. Portanto, não expressamos uma opinião de auditoria.



Building a better
working world

Conclusão sobre as informações intermediárias

Com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que as informações contábeis intermediárias incluídas nas informações trimestrais acima referidas não foram elaboradas, em todos os aspectos relevantes, de acordo com o CPC 21(R1) aplicável à elaboração de Informações Trimestrais - ITR e apresentadas de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários.


Outros assuntos

Demonstrações do valor adicionado

Revisamos, também, as Demonstrações do valor adicionado (DVA) referentes ao período de três meses findo em 31 de março de 2016, preparadas sob a responsabilidade da Administração da Companhia, cuja apresentação nas informações intermediárias é requerida de acordo com as normas expedidas pela CVM - Comissão de Valores Mobiliários aplicáveis à elaboração de Informações Trimestrais - ITR e considerada informação suplementar pelas IFRS, que não requerem a apresentação da DVA. Essas demonstrações foram submetidas aos mesmos procedimentos de revisão descritos anteriormente e, com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que não foram elaboradas, em todos os seus aspectos relevantes, de acordo com as informações contábeis intermediárias tomadas em conjunto.

Fortaleza (CE), 12 de maio de 2016.

ERNST & YOUNG
Auditores Independentes S.S.
CRC-2SP015199/F-6


Carlos Santos Mota Filho
Contador CRC-1PE020728/O-7-T-CE

Companhia Energética do Maranhão - CEMAR

Balanço patrimonial
31 de março de 2016 e 31 de dezembro de 2015
(Em milhares de reais)

	Nota	31/03/2016	31/12/2015
Ativo			
Circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	5	306.671	310.893
Investimentos de curto prazo	6	966.842	1.094.340
Contas a receber de clientes	7	725.067	712.416
Contas a receber - bandeiras tarifárias	8	-	5.438
Serviços pedidos		38.174	34.712
Depósitos judiciais	21	20.547	18.768
Estoques		4.244	3.895
Impostos e contribuições a recuperar	10.1	48.873	50.696
Impostos e contribuições sobre o lucro a recuperar	10.2	33.195	29.056
Outros créditos a receber		14.448	13.939
		2.158.061	2.274.153
Não circulante			
Contas a receber de clientes	7	86.218	77.963
Valores a receber da parcela A e outros itens financeiros	9	5.500	10.859
Depósitos judiciais	21	12.635	9.015
Instrumentos financeiros derivativos	29	98.014	128.115
Impostos e contribuições a recuperar	10.1	44.230	31.614
Outros créditos a receber		12.990	13.993
Ativo financeiro da concessão	12	845.457	814.904
Intangível	13	1.862.575	1.758.723
		2.967.619	2.845.186
Total do ativo		5.125.680	5.119.339

	Nota	31/03/2016	31/12/2015
Passivo			
Circulante			
Fornecedores	14	306.671	350.552
Obrigações e encargos sobre folha de pagamento		13.447	11.231
Empréstimos e financiamentos	15	208.765	206.607
Debêntures	16	62.131	47.303
Valores a pagar da parcela A e outros itens financeiros	9	23.358	14.152
Impostos e contribuições a recolher	17.1	75.017	79.481
Impostos e contribuições sobre lucro a recolher	17.2	431	2.676
Dividendos		69.406	69.406
Encargos do consumidor	19	7.799	10.290
Contribuição de iluminação pública		11.296	17.433
Pesquisa e desenvolvimento e eficiência energética		26.202	22.634
Participação nos lucros	20	15.851	29.965
Instrumentos financeiros derivativos	29	18.763	18.984
Provisões para processos cíveis, fiscais e trabalhistas	21	43.394	35.835
Outras contas a pagar		63.281	49.160
		945.812	965.709
Não circulante			
Exigível a longo prazo			
Empréstimos e financiamentos	15	1.435.698	1.502.459
Debêntures	16	502.468	495.182
Impostos e contribuições a recolher	17.1	1.073	1.104
Imposto de renda e contribuições social diferidos	18.1	149.017	136.781
Provisões para processos cíveis, fiscais e trabalhistas	21	37.231	39.698
Pesquisa e desenvolvimento e eficiência energética		30.131	30.132
		2.155.618	2.205.356
Patrimônio líquido			
Capital social	22.1	840.410	840.410
Reserva de capital	22.2	674	674
Reservas de lucros	22.3	1.107.190	1.107.190
Lucros acumulados		75.976	-
		2.024.250	1.948.274
Total do passivo e patrimônio líquido		5.125.680	5.119.339

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras intermediárias.

Companhia Energética do Maranhão - CEMAR

Demonstração do resultado
Períodos findos em 31 de março de 2016 e 2015
(Em milhares de reais)

	Nota	31/03/2016	31/03/2015
Receita operacional líquida	24	709.143	655.551
Custos de energia elétrica, construção e operação	25	(537.788)	(474.853)
Energia elétrica comprada para revenda	26	(328.939)	(330.531)
Custo de construção		(153.997)	(90.366)
Pessoal		(10.546)	(6.872)
Material		(1.391)	(1.911)
Serviços de terceiros		(16.831)	(17.475)
Depreciação e amortização		(25.712)	(23.537)
Outros		(372)	(4.161)
Lucro operacional bruto		171.355	180.698
Despesas com vendas	25	(43.862)	(36.539)
Despesas gerais e administrativas	25	(30.760)	(28.462)
Depreciação e amortização		(8.032)	(7.456)
Outras receitas (despesas) operacionais		(12.612)	(10.242)
Total de receitas (despesas) operacionais		(95.266)	(82.699)
Resultado operacional, antes do resultado financeiro, do IR e CSLL		76.089	97.999
Resultado financeiro	27	19.430	(23.003)
Receitas financeiras		90.624	105.378
Despesas financeiras		(71.194)	(128.381)
Resultado antes do imposto de renda e da contribuição social		95.519	74.996
Provisões de impostos sobre lucro		(19.543)	(16.077)
Contribuição social	18.3	(7.308)	(3.547)
Imposto de renda	18.3	(13.245)	(9.611)
Incentivos fiscais	18.3	13.245	9.611
IRPJ e CSLL diferidos	18.3	(12.235)	(12.530)
Lucro líquido do período		75.976	58.919
Lucro básico por lote de mil ações - R\$		0,46275	0,35886
Lucro diluído por lote de mil ações - R\$		0,46275	0,35886
Quantidade de ações no final do período		164.184	164.184

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras intermediárias.

Companhia Energética do Maranhão - CEMAR

Demonstração do resultado abrangente
Períodos findos em 31 de março de 2016 e 2015
(Em milhares de reais)

	<u>31/03/2016</u>	<u>31/03/2015</u>
Lucro líquido do período	<u>75.976</u>	58.919
Resultado abrangente total do período	<u>75.976</u>	58.919
Lucro básico por lote de mil ações - R\$	<u>0,4627</u>	0,3589
Lucro diluído por lote de mil ações - R\$	<u>0,4627</u>	0,3589
Quantidade de ações no final do período	<u>164.184</u>	164.184

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras intermediárias.

Companhia Energética do Maranhão - CEMAR

Demonstração das mutações do patrimônio líquido
Períodos findos em 31 de março de 2016 e 2015
(Em milhares de reais)

	Capital social	Opções outorgadas	Reservas de lucros			Dividendo adicional proposto	Lucros acumulados	Total
			Legal	Benefícios fiscais	Capital de giro			
Saldo em 31 de dezembro de 2014	698.660	674	71.898	69.850	812.036	433	-	1.653.551
Lucro líquido do período	-	-	-	-	-	-	58.919	58.919
Saldo em 31 de março de 2015	698.660	674	71.898	69.850	812.036	433	58.919	1.712.470
Saldo em 31 de dezembro de 2015	840.410	674	18.190	71.020	922.135	95.845	-	1.948.274
Lucro líquido do período	-	-	-	-	-	-	75.976	75.976
Saldo em 31 de março de 2016	840.410	674	18.190	71.020	922.135	95.845	75.976	2.024.250

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras intermediárias.

Companhia Energética do Maranhão - CEMAR

Demonstração do fluxo de caixa - método indireto
Períodos findos em 31 de março de 2016 e 2015
(Em milhares de reais)

	31/03/2016	31/03/2015
Fluxo de caixa das atividades operacionais		
Lucro líquido do período	75.976	58.919
Despesas (receitas) que não afetam o caixa		
Amortização e depreciação	33.738	30.978
Perda na venda de intangível	3.802	2.395
Atualização do ativo financeiro	(22.883)	7.275
Encargos de dívidas, juros, variações monetárias e cambiais líquidas	31.266	102.240
Perda ou ganho com instrumentos derivativos	29.880	(39.381)
Provisão (reversão) para processos cíveis, fiscais e trabalhistas	9.658	7.290
Provisão (reversão) para créditos de liquidação duvidosa e perda com créditos incobráveis	9.821	6.494
Valores a devolver de parcela A e outros itens financeiros	14.565	115.373
Rendimentos de aplicações financeiras	(33.925)	(26.466)
Imposto de renda e contribuição social diferidos	12.236	12.530
Imposto de renda e contribuição social correntes	7.308	3.547
	171.442	281.194
Variações nas contas do ativo circulante e não circulante		
Contas a receber de clientes	(30.726)	(62.558)
Contas a receber – bandeiras tarifárias	5.438	(23.450)
Serviços pedidos	(3.462)	(4.318)
Depósitos judiciais	(5.399)	(444)
Estoques	(349)	(246)
Impostos e contribuições a recuperar	(10.793)	1.607
Impostos e contribuições sobre o lucro a recuperar	(4.139)	902
Outros créditos a receber	494	(8.465)
	(48.936)	(96.972)
Variações nas contas do passivo circulante e não circulante		
Fornecedores	(43.881)	(19.735)
Obrigações e encargos sobre folha de pagamento	2.216	1.396
Impostos e contribuições a recolher	(4.495)	(15.972)
Impostos e contribuições sobre o lucro a recolher	652	(13.434)
Imposto de renda e contribuição social pagos	(10.205)	(461)
Encargos do consumidor	(2.491)	11.693
Contribuição de iluminação pública	(6.137)	(2.801)
Pesquisa e desenvolvimento e eficiência energética	3.567	2.939
Participação nos lucros	(14.114)	(10.820)
Provisão para processos cíveis, fiscais e trabalhistas	(4.566)	(5.936)
Juros pagos	(17.022)	(18.222)
Outras contas a pagar	14.121	(1.136)
	(82.355)	(72.489)
Fluxo de caixa líquido gerado pelas atividades operacionais	40.151	111.733
Atividades de investimentos		
Aquisições no ativo intangível	(149.062)	(76.968)
Resgates/ Aplicações financeiras	161.423	36.146
Fluxo de caixa líquido aplicado nas atividades de investimentos	12.361	(40.822)
Atividades de financiamento		
Captação de empréstimos e financiamentos	(56.734)	6.424
Amortização de empréstimos e financiamentos	-	(73.891)
Fluxo de caixa líquido aplicado nas atividades de financiamento	(56.734)	(67.467)
Redução no caixa e equivalentes de caixa	(4.222)	3.444
Demonstração do aumento (redução) no caixa e equivalentes a caixa		
Caixa e equivalentes de caixa no início do período	310.893	161.334
Caixa e equivalentes de caixa no final do período	306.671	164.778
Redução no caixa e equivalentes de caixa	(4.222)	3.444

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras intermediárias.

Companhia Energética do Maranhão - CEMAR

Demonstração do valor adicionado
Períodos findos em 31 de março de 2016 e 2015
(Em milhares de reais)

	31/03/2016	31/03/2015
Receitas		
Vendas de produtos e serviços	832.236	770.371
Receitas de construção	153.997	90.366
Provisão para créditos de liquidação duvidosa e perda com créditos incobráveis	(9.820)	(6.494)
Provisão (reversão) de processos cíveis fiscais e trabalhistas	(4.172)	(3.040)
Outras despesas (receitas) operacionais	(5.513)	(5.681)
Outras despesas (receitas) não recorrentes	(7.100)	(4.561)
	959.628	840.961
Insumos adquiridos de terceiros (inclui ICMS e IPI)		
Custos dos produtos e dos serviços vendidos	(482.936)	(420.897)
Materiais, energia, serviços de terceiros e outros	(59.744)	(59.378)
	(542.680)	(480.275)
Valor adicionado (aplicado) bruto	416.948	360.686
Depreciação e amortização	(33.743)	(30.993)
Valor adicionado líquido gerado (aplicado) pela Companhia	383.205	329.693
Valor adicionado recebido em transferência		
Receitas financeiras	67.308	102.865
Atualização VNR	22.883	(7.275)
Outras	(35.762)	(13.546)
	54.429	82.044
Valor adicionado total a distribuir	437.634	411.737
Distribuição do valor adicionado		
Empregados		
Remuneração direta	25.504	23.795
Benefícios	5.892	5.372
FGTS	3.193	1.708
Outros	(5.462)	(5.470)
	29.127	25.405
Tributos		
Federais	157.526	104.026
Estaduais	138.848	116.861
Municipais	260	374
	296.634	221.261
Remuneração de capitais de terceiros		
Juros	34.998	105.047
Aluguéis	899	1.105
	35.897	106.152
Remuneração de capitais próprios		
Lucros retidos do período	75.976	58.919
	75.976	58.919
Valor adicionado	437.634	411.737

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras intermediárias.

Companhia Energética do Maranhão - CEMAR

Notas explicativas às demonstrações financeiras intermediárias
31 de março de 2016 e 2015
(Em milhares de reais, exceto quando especificado)

1. Informações sobre a Companhia

A Companhia Energética do Maranhão - CEMAR (“Companhia”), sociedade anônima de capital aberto, com sede em São Luís, no Estado do Maranhão, controlada pela Equatorial Energia S.A., é a concessionária do serviço público de distribuição de energia elétrica e atividades associadas ao serviço de energia elétrica naquele Estado, podendo prestar serviços técnicos de sua especialidade, sendo tais atividades regulamentadas e fiscalizadas pela Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL. A Companhia possui suas ações negociadas unicamente no Mercado de Balcão Organizado da BM&F Bovespa.

2. Contrato de concessão de distribuição de energia elétrica

A Companhia detém a concessão para a distribuição de energia elétrica em 217 municípios do estado do Maranhão, abrangendo uma área de concessão de 333 mil km², regulada pelo Contrato de Concessão nº 060 de 28 de agosto de 2000 celebrado entre a ANEEL, a CEMAR e o acionista controlador, o qual permanece com o seu termo de vigência em agosto de 2030, podendo ser prorrogado por mais um período de 30 anos.

Por meio do Despacho nº 4.621, de 25 de novembro de 2014, a ANEEL aprovou modelo de aditivo aos contratos de concessão do serviço público de distribuição de energia elétrica, cujo objetivo é garantir que os saldos remanescentes de ativos ou passivos regulatórios relativos a valores financeiros a serem apurados com base nos regulamentos preestabelecidos pela ANEEL, incluídos aqueles constituídos após a última alteração tarifária comporão o valor da indenização a ser recebida pelo concessionário em eventual término da concessão, por qualquer motivo.

A Companhia, nos termos da legislação vigente, celebrou o referido aditivo em 10 de dezembro de 2014, com a aprovação de seu Conselho de Administração.

Companhia Energética do Maranhão - CEMAR

Notas explicativas às demonstrações financeiras intermediárias--Continuação
31 de março de 2016 e 2015
(Em milhares de reais, exceto quando especificado)

3. Políticas contábeis

As demonstrações financeiras intermediárias foram elaboradas com apoio em diversas bases de avaliação utilizadas nas estimativas contábeis. As estimativas contábeis envolvidas na preparação das demonstrações financeiras intermediárias foram baseadas em fatores objetivos e subjetivos, com base no julgamento da Administração para determinação do valor adequado a ser registrado nas demonstrações financeiras intermediárias. Itens significativos sujeitos a essas estimativas e premissas incluem a seleção de vidas úteis do ativo intangível e de sua recuperabilidade nas operações, avaliação dos ativos financeiros pelo valor justo, assim como da análise dos demais riscos para determinação de outras provisões, inclusive para contingências. Os instrumentos financeiros ativos e passivos estão registrados pelos seus valores justos ao resultado financeiro do período.

A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores significativamente divergentes dos registrados nas demonstrações financeiras intermediárias devido ao tratamento probabilístico inerente ao processo de estimativa. A Companhia revisa suas estimativas e premissas pelo menos anualmente.

As demonstrações financeiras intermediárias foram elaboradas e estão sendo apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil (BR GAAP), as quais incluem as disposições da Lei das Sociedades por Ações e normas e procedimentos contábeis emitidos pela Comissão de Valores Mobiliários (CVM) e Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), e o Manual de Contabilidade do Setor Elétrico e outros normativos emitidos pela Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL), que estão em conformidade com as Normas Internacionais de Relatório Financeiro (IFRS) emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB).

A Administração da Companhia elaborou as demonstrações financeiras intermediárias com todas as informações relevantes que correspondem às utilizadas em sua gestão, e somente elas, estão sendo evidenciadas.

Companhia Energética do Maranhão - CEMAR

Notas explicativas às demonstrações financeiras intermediárias--Continuação
31 de março de 2016 e 2015
(Em milhares de reais, exceto quando especificado)

4. Elaboração e apresentação das demonstrações financeiras intermediárias

As demonstrações financeiras intermediárias para o período findo em 31 de março de 2016 foram elaboradas de acordo com o Pronunciamento Técnico CPC 21 (R1) – Demonstração Intermediária e com a norma internacional de relatório financeiro IAS 34 – Interim Financial Reporting, emitida pelo International Accounting Standards Board – IASB, assim como pela apresentação dessas informações de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários, aplicáveis à elaboração das Informações Trimestrais - ITR.

Estas demonstrações financeiras intermediárias foram elaboradas seguindo princípios, práticas e critérios contábeis consistentes com aqueles adotados na elaboração das Demonstrações Contábeis anuais do exercício findo em 31 de dezembro de 2015, descritas na nota 3 da referida demonstração e, portanto, devem ser analisadas em conjunto com essas demonstrações financeiras intermediárias.

A Companhia adotou todos os pronunciamentos, pronunciamentos revisados e interpretações emitidas pelo CPC e IASB que estavam em vigor em 31 de março de 2016.

A emissão das demonstrações financeiras intermediárias foi autorizada pelo Conselho de Administração em 12 de maio de 2016.

5. Caixa e equivalentes de caixa

	31/03/2016	31/12/2015
Caixa e bancos	5.152	23.721
Equivalentes de caixa	301.519	287.172
CDB	197.266	191.077
Compromissadas	104.253	96.095
Total	306.671	310.893

Equivalentes de caixa correspondem às operações realizadas junto às instituições financeiras que operam no mercado financeiro nacional e possuem baixo risco de crédito. São remuneradas pela variação do Certificado de Depósito Interbancário (CDI), com percentual em torno de 102% (102% em 31 de dezembro de 2015) e estão disponíveis para utilização nas operações da Companhia, ou seja, são ativos financeiros com liquidez imediata. Estas operações têm vencimentos inferiores a três meses da data de contratação e possuem compromisso de recompra pelo emissor.

Companhia Energética do Maranhão - CEMAR

Notas explicativas às demonstrações financeiras intermediárias--Continuação
31 de março de 2016 e 2015
(Em milhares de reais, exceto quando especificado)

6. Investimento de curto prazo

Modalidade	31/03/2016	31/12/2015
Fundos de investimentos	966.498	1.094.007
Outros	344	333
Total	966.842	1.094.340

Os fundos de investimentos representam operações de baixo risco com instituições financeiras de primeira linha. São compostos por diversos ativos visando melhor rentabilidade com o menor nível de risco, tais como: títulos de renda fixa, títulos públicos, operações compromissadas, debêntures, CDBs, entre outros, de acordo com a política de investimento da Companhia. São remunerados pela variação do Certificado de Depósito Interbancário (CDI) com percentual em torno de 101% (103% em 31 de dezembro de 2015) e classificados como mantidos para negociação.

7. Contas a receber de clientes

	31/03/2016	31/12/2015
Contas a receber de consumidores faturados	504.520	432.119
Contas a receber de consumidores não faturados	84.008	104.356
Parcelamentos	223.427	247.282
Baixa Renda e Viva Luz	34.208	34.537
Outras	39.219	61.681
Total	885.382	879.975
(-) Provisão para créditos de liquidação duvidosa	(74.097)	(89.596)
Total contas a receber clientes	811.285	790.379
Total circulante	725.067	712.416
Total não circulante	86.218	77.963

Provisão para créditos de liquidação duvidosa

	31/12/2015	Provisões adições	Reversões (baixas)	31/03/2016
Contas a receber de consumidores faturados	79.179	54.216	(77.287)	56.108
Parcelamentos	7.463	43.834	(38.834)	12.463
Câmara de Comercialização de Energia Elétrica - CCEE	197	-	-	197
Serviços prestados a terceiros	528	7.919	(5.347)	3.100
Total circulante	87.367	105.969	(121.468)	71.868
Cheques em cobrança	2.229	-	-	2.229
Total não circulante	2.229	-	-	2.229
Total	89.596	105.969	(121.468)	74.097

Companhia Energética do Maranhão - CEMAR

Notas explicativas às demonstrações financeiras intermediárias--Continuação
31 de março de 2016 e 2015
(Em milhares de reais, exceto quando especificado)

7. Contas a receber de clientes--Continuação

Provisão para créditos de liquidação duvidosa--Continuação

	31/12/2014	Provisões adições	Reversões (baixas)	31/12/2015
Contas a receber de consumidores faturados	61.540	37.497	(19.858)	79.179
Parcelamentos	17.980	12.496	(23.013)	7.463
Câmara de Comercialização de Energia Elétrica - CCEE	197	-	-	197
Serviços prestados a terceiros	528	-	-	528
Total circulante	80.245	49.993	(42.871)	87.367
Cheques em cobrança	2.229	-	-	2.229
Total não circulante	2.229	-	-	2.229
Total	82.474	49.993	(42.871)	89.596

A constituição da provisão para créditos de liquidação duvidosa (PCLD) está de acordo com os critérios definidos segundo a melhor estimativa da Administração e considerando a Instrução Geral nº 6.3.2 do Manual de Contabilidade do Serviço Público de Energia Elétrica, a seguir resumidos:

Clientes com débitos relevantes

Análise individual do saldo a receber dos consumidores, por classe de consumo, considerado de difícil recebimento. Para os 10 mil maiores clientes, com ou sem débitos parcelados, com faturas na PCLD por classe de consumo, consideram-se todas as suas demais faturas, vencidas e a vencer, na PCLD.

Para os demais casos aplicamos a regra abaixo:

- Consumidores residenciais - Vencidos há mais de 90 dias;
- Consumidores comerciais - Vencidos há mais de 180 dias; e
- Consumidores industriais, rurais, poderes públicos, iluminação pública, serviços públicos e outros - vencidos há mais 360 dias.

Os critérios apresentados acima também são adotados para o contas a receber de parcelamento.

Contas a receber de consumidores faturados:

	31/03/2016			
	Saldos a vencer	Vencidos até 90 dias	Vencidos há mais de 90 dias	Total
Residencial	74.068	117.962	43.279	235.309
Industrial	20.428	8.876	2.240	31.544
Comercial	34.602	33.419	21.330	89.351
Rural	12.173	6.477	132	18.782
Poder público	9.819	19.755	29.980	59.554
Iluminação pública	4.662	10.751	1.219	16.632
Serviço público	22.283	25.440	5.625	53.348
Fornecimento faturado	178.035	222.680	103.805	504.520

Companhia Energética do Maranhão - CEMAR

Notas explicativas às demonstrações financeiras intermediárias--Continuação
31 de março de 2016 e 2015
(Em milhares de reais, exceto quando especificado)

7. Contas a receber de clientes--Continuação

Para os demais casos aplicamos a regra abaixo--Continuação

	31/12/2015			
	Saldos a vencer	Vencidos até 90 dias	Vencidos há mais de 90 dias	Total
Residencial	79.747	108.142	17.813	205.702
Industrial	15.102	6.306	3.681	25.089
Comercial	48.411	22.019	4.338	74.768
Rural	8.572	5.316	2.752	16.640
Poder público	20.875	20.738	5.435	47.048
Iluminação pública	12.720	1.712	180	14.612
Serviço público	13.277	29.448	5.535	48.260
Fornecimento faturado	198.704	193.681	39.734	432.119

Parcelamentos

	31/03/2016			
	Saldos a vencer	Vencidos até 90 dias	Vencidos há mais de 90 dias	Total
Residencial	96.929	14.573	13.266	124.768
Industrial	6.119	821	2.425	9.365
Comercial	15.381	2.655	3.239	21.275
Rural	4.932	859	1.747	7.538
Poder público	32.740	3.664	3.065	39.469
Iluminação pública	3.851	201	1	4.053
Serviço público	13.685	1.877	1.397	16.959
Fornecimento faturado	173.637	24.650	25.140	223.427

	31/12/2015			
	Saldos a vencer	Vencidos até 90 dias	Vencidos há mais de 90 dias	Total
Residencial	114.118	10.065	14.260	138.443
Industrial	6.074	742	3.140	9.956
Comercial	17.819	1.810	4.191	23.820
Rural	5.887	739	1.492	8.118
Poder público	39.956	2.097	2.464	44.517
Iluminação pública	4.487	22	-	4.509
Serviço público	15.962	910	1.047	17.919
Fornecimento faturado	204.303	16.385	26.594	247.282

8. Contas a receber - bandeiras tarifárias

As arrecadações referentes ao Sistema de Bandeiras Tarifárias de janeiro a março de 2016, no valor de R\$47.957, bem como repasses da CCRBT, no montante de R\$1, foram contabilizados como arrecadação antecipada dos valores a receber de parcela A e outros itens financeiros, não impactando o resultado da Companhia no período.

Companhia Energética do Maranhão - CEMAR

Notas explicativas às demonstrações financeiras intermediárias--Continuação
31 de março de 2016 e 2015
(Em milhares de reais, exceto quando especificado)

8. Contas a receber - bandeiras tarifárias--Continuação

Em janeiro de 2016 a bandeira tarifária vermelha estava vigente no valor de R\$4,50 para cada 100 kWh. A partir de fevereiro de 2016 a bandeira vermelha passou a ter dois patamares: R\$ 3,00 (patamar 1) e R\$ 4,50 (patamar 2), aplicados a cada 100 kWh (quilowatt-hora) consumidos. Também a bandeira amarela teve seu valor reduzido e passou de R\$ 2,50 a R\$ 1,50, aplicados a cada 100 kWh (e suas frações). Durante o primeiro trimestre de 2016 à ANEEL homologou em janeiro a bandeira vermelha, em fevereiro a bandeira vermelha patamar 1 e em março a bandeira amarela.

9. Valores a receber/ pagar de parcela A e outros itens financeiros

A Conta de Compensação dos Valores da Parcela A - CVA é o mecanismo destinado a registrar as variações de custos relacionados à compra de energia e encargos regulatórios, ocorridas no período entre reajustes tarifários e/ou revisões periódicas, de modo a permitir maior neutralidade no repasse destas variações para as tarifas, onde a concessionária contabiliza as variações destes custos como ativos e passivos setoriais, conforme demonstrado a seguir:

	31/03/2016		
	Circulante	Não circulante	Total
Parcela A			
CDE - Conta de desenvolvimento energético	27.365	(5.772)	21.593
Proinfra	124	3.422	3.546
Rede básica	3.446	878	4.324
Compra energia	55.280	7.747	63.027
ESS - encargos do serviço do sistema	(42.818)	-	(42.818)
	43.397	6.275	49.672
Itens financeiros			
Sobrecontratação energia (a)	(41.795)	-	(41.795)
Exposição financeira	(872)	(968)	(1.840)
PIS/ COFINS (b)	(16.702)	-	(16.702)
Eletronuclear	1.900	-	1.900
Neutralidade	(11.891)	-	(11.891)
CEPISA violação do limite de continuidade	1.870	-	1.870
Outros	735	193	928
	(66.755)	(775)	(67.530)
Total	(23.358)	5.500	(17.858)

- (a) Para o cálculo do repasse da sobrecontratação de energia ou da exposição ao mercado de curto prazo é necessária a apuração dos resultados no mercado de curto prazo da distribuidora no último ano civil com dados disponibilizados, bem como os valores do PLD (Preço de liquidação de diferença), ambos apurados mensalmente pela CCEE. Neste sentido temos: (i) No primeiro trimestre de 2015 o PLD teve média de R\$ 367,14 sendo superior ao primeiro trimestre de 2016, com isso constituindo um componente ativo do ano de 2015; (ii) no período de 31 de março de 2016, a CEMAR teve o volume de excedente no mercado de curto prazo inferior, ou seja, os contratos vigentes superior a energia requerida apurada, aliado ao PLD médio deste mesmo período de 2016 menor no patamar de R\$44,04; e (iii) em conjunto, tivemos a redução do despacho de térmicas por parte do Operador Nacional do Sistema - ONS em quantidade menor, o que diminui as despesas da receita variável juntos aos geradores. Fatos que levam a constituição para o ano de 2016 de componente passivo, em relação a 2015.
- (b) Pela sistemática das distribuidoras de energia, conforme Nota Técnica nº 115/2005-SFF/SRE/ANEEL, a alíquota efetiva de PIS/COFINS calculados no mês é aplicada no segundo mês subsequente. Onde é apurada a diferença entre os valores calculados e os efetivamente cobrados do consumidor, os valores apurados são reconhecidos como passivo ou ativo regulatório de acordo com impacto causado. Em 2015 resultou em uma devolução ao consumidor, a ser repassada em 2016.

Companhia Energética do Maranhão - CEMAR

Notas explicativas às demonstrações financeiras intermediárias--Continuação
31 de março de 2016 e 2015
(Em milhares de reais, exceto quando especificado)

9. Valores a receber/ pagar de parcela A e outros itens financeiros--Continuação

	31/12/2015		
	Circulante	Não circulante	Total
Parcela A			
CDE - Conta de desenvolvimento energético	21.242	5.353	26.595
Proinfa	196	-	196
Rede básica	4.748	-	4.748
Compra energia	88.381	7.503	95.884
ESS - encargos do serviço do sistema	(56.810)	-	(56.810)
	57.757	12.856	70.613
Itens financeiros			
Sobrecontratação energia	(64.658)	-	(64.658)
Exposição financeira	7.607	1.228	8.835
PIS/ COFINS	(11.121)	-	(11.121)
Eletronuclear	3.094	-	3.094
Neutralidade	(10.083)	(3.276)	(13.359)
CEPISA violação do limite de continuidade	2.602	-	2.602
Outros	650	51	701
	(71.909)	(1.997)	(73.906)
Total	(14.152)	10.859	(3.293)

A partir de dezembro de 2014 com o advento do OCPC08, Reconhecimento de Determinados Ativos ou Passivos nos relatórios Contábil-Financeiros de Propósito Geral das Distribuidoras de Energia Elétrica, emitidos de acordo com as Normas Brasileiras e Internacionais de Contabilidade, que regulamentou o reconhecimento de ativos e passivos regulatórios oriundos do aditivo contratual assinado com o Poder Concedente conforme nota 2, a Companhia passou a registrar esses direitos e obrigações de acordo com o período de competência e de maneira prospectiva.

	31/12/2015	Constituição	Atualização	Amortizações	31/03/2016
Parcela A					
CDE - Conta de Desenvolvimento Energético	26.595	(4.745)	1.416	(1.673)	21.593
PROINFA	196	3.326	102	(78)	3.546
Rede básica	4.748	1.210	137	(1.771)	4.324
Compra energia – CVA (a)	95.884	27.538	3.165	(63.560)	63.027
ESS-Encargos do Serviço do Sistema	(56.810)	(256)	(1.423)	15.671	(42.818)
	70.613	27.073	3.397	(51.411)	49.672
Itens financeiros					
Sobrecontratação energia (b)	(64.658)	485	125	22.253	(41.795)
Exposição financeira (c)	8.835	(8.624)	(294)	(1.757)	(1.840)
PIS/ COFINS	(11.121)	(5.581)	-	-	(16.702)
Diferencial Eletronuclear (d)	3.094	-	-	(1.194)	1.900
Neutralidade da parcela A	(13.359)	678	(355)	1.145	(11.891)
CEPISA violação limite continuidade	2.602	-	-	(732)	1.870
Outros	701	343	-	(116)	928
	(73.906)	(12.699)	(524)	19.599	(67.530)
Total	(3.293)	14.374	2.873	(31.812)	(17.858)

Companhia Energética do Maranhão - CEMAR

Notas explicativas às demonstrações financeiras intermediárias--Continuação
31 de março de 2016 e 2015
(Em milhares de reais, exceto quando especificado)

9. Valores a receber/ pagar de parcela A e outros itens financeiros--Continuação

	31/12/2014	Constituição	Baixa	Atualização	Amortizações	31/12/2015
Parcela A						
CDE - Conta de Desenvolvimento Energético	1.201	31.077	335	3.057	(9.075)	26.595
PROINFA	833	268	(69)	61	(897)	196
Rede básica	6.544	1.632	214	786	(4.428)	4.748
Compra energia - CVA (a)	214.148	(81.034)	103.865	22.832	(163.927)	95.884
ESS - Encargos do Serviço do Sistema	(52.757)	(38.048)	8.126	(6.939)	32.808	(56.810)
	<u>169.969</u>	<u>(86.105)</u>	<u>112.471</u>	<u>19.797</u>	<u>(145.519)</u>	<u>70.613</u>
Itens financeiros						
Sobrecontratação energia (b)	92.009	(55.056)	(121.094)	1.879	17.604	(64.658)
Exposição financeira (c)	(3.239)	10.307	1.029	749	(11)	8.835
PIS/COFINS	24.403	(11.121)	(24.403)	-	-	(11.121)
Diferencial Eletronuclear (d)	7.651	-	4.329	-	(8.886)	3.094
Limite de continuidade (e)	(1.017)	-	113	-	904	-
Neutralidade da parcela A	(3.706)	(10.392)	(4.556)	-	5.295	(13.359)
CEPISA violação limite continuidade	1.090	1.824	(359)	47	-	2.602
Outros	1.059	805	(395)	-	(768)	701
	<u>118.250</u>	<u>(63.633)</u>	<u>(145.336)</u>	<u>2.675</u>	<u>14.138</u>	<u>(73.906)</u>
Total	<u>288.219</u>	<u>(149.738)</u>	<u>(32.865)</u>	<u>22.472</u>	<u>(131.381)</u>	<u>(3.293)</u>

Anualmente, no mês de agosto, a ANEEL apura o novo índice do reajuste tarifário da Companhia adequando suas despesas da Parcela A (custo não gerenciáveis, como compra de energia, encargos setoriais, encargos de transmissão). Através da Resolução Homologatória nº 1940, de 25 de agosto de 2015, a ANEEL homologou o reajuste tarifário anual da Companhia, onde as novas tarifas entraram em vigor no dia 28 de agosto de 2015 com vigência até 27 de agosto de 2016. Ao calcular o reajuste, a Agência considera a variação de custos que a empresa teve no ano. O cálculo inclui custos típicos da atividade de distribuição, sobre os quais incide o IGP-M, e outros custos que não acompanham necessariamente o índice inflacionário, como energia comprada, encargos de transmissão e encargos setoriais.

Companhia Energética do Maranhão - CEMAR

Notas explicativas às demonstrações financeiras intermediárias--Continuação
31 de março de 2016 e 2015
(Em milhares de reais, exceto quando especificado)

9. Valores a receber/ pagar de parcela A e outros itens financeiros--Continuação

Neste processo as CVAs contabilizadas pela Companhia são auditadas e apuradas devendo ser feito a baixa da diferença entre o valor apurado pela Companhia e o concedido pela ANEEL no mesmo período. Os componentes financeiros concedidos no reajuste tarifário do ano anterior devem ter seus saldos baixados, sejam positivos e negativos, uma vez que estes só podem ser amortizados em 12 meses após o reajuste. A apuração das diferenças desses diversos pontos é chamada de Efeito do Reajuste na empresa e, para esse período, o reposicionamento tarifário a ser percebido pelos consumidores foi de 8,64%, considerando-se os componentes financeiros incluídos nas tarifas da Companhia.

- (a) A Portaria Interministerial dos Ministros de Estado da Fazenda e de Minas e Energia nº 25, de 24 de janeiro de 2002, estabeleceu a Conta de Compensação de Variação de Valores de Itens da "Parcela A" - CVA, com o propósito de registrar as variações de custos, negativas ou positivas, ocorridas no período entre reajustes tarifários anuais, relativos aos itens previstos nos contratos de concessão de distribuição de energia elétrica, de forma a permitir maior neutralidade no repasse destas variações para as tarifas. Estas variações são apuradas por meio da diferença entre os gastos efetivamente incorridos e os gastos estimados no momento da constituição da tarifa nos reajustes tarifários anuais. Os valores considerados na CVA são atualizados monetariamente com base na taxa SELIC.
- (b) O Decreto nº 5.163, de 30 de julho de 2004, em seu art. 38, determina que no repasse dos custos de aquisição de energia elétrica às tarifas dos consumidores finais, a ANEEL deverá considerar até 105% do montante total de energia elétrica contratada em relação à carga anual de fornecimento do agente de distribuição. Este repasse foi regulamentado pela Resolução ANEEL nº 255, de 6 de março de 2007. As distribuidoras de energia elétrica são obrigadas a garantir 100% do seu mercado de energia por meio de contratos aprovados, registrados e homologados pela ANEEL, tendo também a garantia do repasse às tarifas dos custos ou receitas decorrentes das sobras e déficits de energia elétrica, limitados em 3% do requisito de carga. A Sobrecontratação de Energia refere-se à apuração dos repasses dos custos de compra de energia da parcela até 5% do requisito da carga do agente de distribuição.
- (c) Conforme dispõe o art. 28 do Decreto nº 5.163, de 30 de julho de 2004, em seus §§ 2º e 3º, as regras de comercialização preveem mecanismos específicos para o rateio dos riscos financeiros decorrentes de diferenças de preços entre submercados, eventualmente impostos aos agentes de distribuição que celebrarem Contratos de Comercialização de Energia Elétrica no Ambiente Regulado - CCEAR na modalidade de quantidade de energia.
- (d) Refere-se à diferença entre a tarifa praticada e a tarifa de referência entre Furnas e Eletronuclear, conforme determinado na Lei nº 12.111, de 9 de dezembro de 2009. A diferença apurada foi rateada entre as concessionárias que adquiriram o CCEAR 2005 - 1º Leilão, e seu valor está sendo mensalmente pago pelas distribuidoras à Eletronuclear nos anos de 2013 a 2015, conforme parcelas homologadas pela REH 1.406/2012. Em 31 de dezembro de 2014 a Companhia possui valores a receber correspondente ao reconhecimento dos montantes a pagar no ano de 2015 conforme determinado na Resolução Homologatória ANEEL nº 1.585, de 13 de agosto de 2013 e que serão contemplados nos próximos reajustes tarifários.
- (e) Decorre do repasse aos consumidores da compensação financeira devido à violação dos limites de continuidade dos pontos de conexão dos acessos de distribuidoras a outras distribuidoras, conforme previsto no Módulo 8 dos Procedimentos de Distribuição de Energia Elétrica no Sistema Elétrico Nacional - PRODIST (Seção 8.2, item 6.1.5.2). Referem-se a valores pagos pelas distribuidoras acessadas, que devem ser repassados aos consumidores finais das distribuidoras acessantes, sob a forma de financeiro negativo.

Companhia Energética do Maranhão - CEMAR

Notas explicativas às demonstrações financeiras intermediárias--Continuação
31 de março de 2016 e 2015
(Em milhares de reais, exceto quando especificado)

10. Impostos a recuperar

Os saldos do circulante e não circulante em decorrência das retenções ou antecipações legais estão demonstrados a seguir:

10.1. Impostos e contribuições a recuperar

	<u>31/03/2016</u>	<u>31/12/2015</u>
Circulante		
ICMS a recuperar (CIAP)	32.627	35.138
Outros	16.246	15.558
Total	48.873	50.696
Não circulante		
ICMS a recuperar (CIAP)	43.507	30.891
Outros	723	723
Total	44.230	31.614

10.2. Impostos e contribuições sobre o lucro a recuperar

	<u>31/03/2016</u>	<u>31/12/2015</u>
IRRF s/aplicação financeira	29.101	24.718
IRPJ/CSLL a restituir	1.443	1.923
IRRF	2.651	2.415
Total	33.195	29.056

11. Partes relacionadas

Os principais saldos de ativos, passivos e resultados/despesas em 31 de março de 2016, assim como as transações que influenciaram o resultado do período, relativas a operações com partes relacionadas decorrem de transações da Companhia com sua controladora, acionistas e suas partes relacionadas, profissionais-chaves da Administração (Presidente e Diretores) e outras partes relacionadas, conforme Deliberação CVM nº 560, de 11 de dezembro de 2008, que aprovou o CPC 05 - Divulgações sobre Partes Relacionadas estão demonstradas a seguir:

Companhia Energética do Maranhão - CEMAR

Notas explicativas às demonstrações financeiras intermediárias--Continuação
31 de março de 2016 e 2015
(Em milhares de reais, exceto quando especificado)

11. Partes relacionadas--Continuação

Empresas	Ref.	Natureza da operação	31/03/2016			31/12/2015		
			Ativo	Passivo	Resultado/ despesa	Ativo	Passivo	Resultado/ despesa
Eletrobrás		Empréstimo	-	(243.406)	-	-	(253.752)	-
	(a)	Dividendos	-	(23.032)	-	-	(23.032)	-
FASCEMAR		Contrato de confissão de dívida	-	-	-	-	-	-
	(b)	Previdência Privada	-	-	634	-	-	3.346
Equatorial Energia		Contrato de compartilhamento	237	-	-	212	-	-
	(c)	Dividendos	-	(44.696)	-	-	(44.696)	-
GERAMAR		Compra de energia elétrica	-	-	1.091	-	-	4.606
Equatorial Soluções		Contrato de compartilhamento	897	(647)	-	798	(1.357)	-
CELPA		Contrato de compartilhamento	474	-	-	340	-	-

- (a) Os valores com a Eletrobrás são referentes aos dividendos a pagar e a contratos de empréstimos. Os contratos de empréstimos com a Eletrobrás são provenientes de linhas de financiamento específicas para o Setor Elétrico e suas condições são igualmente praticadas com outras distribuidoras de energia elétrica do Brasil.
- (b) Os valores com a FASCEMAR são provenientes das contribuições da patrocinadora CEMAR com sua Fundação de Previdência Complementar. As condições do plano de previdência da CEMAR com a FASCEMAR estão descritas conforme Nota 28.
- (c) Os valores com a Equatorial Energia S.A. (Controladora da CEMAR) são provenientes do contrato de compartilhamento de recursos humanos, administrativos e rateio proporcional das respectivas despesas incorridas; e de dividendos a pagar.
- (d) O valor com Geradora de Energia do Norte S.A. ("GERAMAR") é proveniente do contrato de compra de energia elétrica CCEAR Nº 5555/2007 - 29413N - 29414N, que é pactuado em condições normais de mercado, com vigência até 2024.
- (e) Os valores com a Equatorial Soluções são provenientes do contrato de compartilhamento de recursos humanos, administrativos e rateio proporcional das respectivas despesas incorridas, com prazo de duração indeterminado.
- (f) Os valores com a CELPA são provenientes do contrato de compartilhamento de infraestrutura.

Remuneração de pessoal-chave da Administração

A remuneração anual global dos membros do Conselho de Administração e da Diretoria foi fixada em até R\$15.500, conforme Assembleia Geral Ordinária realizada em 14 de abril de 2016.

Proporção de cada elemento na remuneração total, referente ao período findo em 31 de março de 2016:

Conselho de Administração	
Remuneração fixa:	100%
Diretoria	
Remuneração fixa:	25%
Benefícios	2%
Remuneração variável:	73%

Companhia Energética do Maranhão - CEMAR

Notas explicativas às demonstrações financeiras intermediárias--Continuação
31 de março de 2016 e 2015
(Em milhares de reais, exceto quando especificado)

11. Partes relacionadas--Continuação

Remuneração de pessoal-chave da Administração--Continuação

Remuneração do Conselho de Administração e da Diretoria paga pela Companhia no período:

	Conselho de Administração	Diretoria estatutária	Total
Números de membros	7	8	15
Remuneração fixa anual	129	518	647
Salário ou pró-labore	129	465	594
Benefícios diretos e indiretos	-	53	53
Remuneração variável	-	3.835	3.835
Bônus	-	3.823	3.823
Benefícios pós-emprego	-	12	12
Valor total da remuneração por órgão	129	4.353	4.482

A Equatorial Energia S.A., controladora da CEMAR, presta garantia como avalista ou fiadora da Companhia sem ônus nos contratos de financiamentos abaixo listados:

Instituição	Valor do financiamento	% do aval	Início	Término	Valor liberado	31/03/2016
Agência Especial de Financiamento Industrial - FINAME PSI (Simplificado)	776	100	25/03/2010	15/10/2019	776	1.341
Agência Especial de Financiamento Industrial - FINAME PSI (Convencional)	17.262	100	17/08/2010	15/04/2020	17.262	8.896
Banco do Brasil - CCB Nº 21/00003-4	90.000	100	19/12/2014	11/04/2018	90.000	96.114
Banco do Brasil - CCB Nº 20/02000-7	150.000	100	19/12/2014	12/06/2018	150.000	156.334
Banco do Brasil - CCB Nº 20/02002-3	40.000	100	19/12/2014	15/06/2018	40.000	41.665
Banco do Brasil - CCB Nº 2100010-7	20.000	100	19/12/2014	03/12/2017	20.000	23.743
Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES (11.2.0841.1)	175.237	100	11/11/2011	15/11/2021	175.237	65.458
Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES (12.2.1211.1)	466.645	100	13/12/2012	15/12/2022	466.645	385.243
Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES (14.2.1233.1)	141.709	100	30/12/2014	15/03/2024	141.709	148.434
Banco do Nordeste do Brasil - BNB	136.076	100	23/11/2005	28/02/2017	136.076	4.621
Banco do Nordeste do Brasil - BNB (193.2008.2808.3018)	144.939	100	05/02/2009	05/02/2021	144.939	89.693
Caixa Econômica Federal - Contrato Nº 415.866- 52/2013 - FINISA	25.763	100	04/10/2013	07/10/2025	25.763	26.769
Financiadora de Estudos e Projetos - FINEP	7.956	100	07/11/2011	15/03/2020	7.956	4.495
International Finance Corporation - IFC	135.056	50	01/02/2008	15/01/2016	135.056	-
Total	1.551.419				1.551.419	1.052.806

Companhia Energética do Maranhão - CEMAR

Notas explicativas às demonstrações financeiras intermediárias--Continuação
31 de março de 2016 e 2015
(Em milhares de reais, exceto quando especificado)

12. Ativo financeiro da concessão

Refere-se à parcela dos investimentos realizados e não amortizados até o final da concessão classificada como um ativo financeiro por ser um direito incondicional de receber caixa ou outro ativo financeiro diretamente do poder concedente decorrente da aplicação das Interpretações Técnicas ICPC 01 - (R1) Contrato de Concessão e ICPC 17 - Contrato de Concessão: Evidenciação e da Orientação Técnica OCPC 05 - Contrato de Concessão. Essa parcela de infraestrutura classificada como ativo financeiro é remunerada por meio do denominado WACC regulatório, que consiste na remuneração do investimento e que é cobrada mensalmente na tarifa dos clientes.

A movimentação dos saldos referentes ao ativo financeiro da concessão está assim apresentada:

	31/12/2015	Atualização do ativo financeiro (a)	Capitalização	Baixa	31/03/2016
Ativo financeiro	1.230.766	35.484	7.693	(109)	1.273.834
Obrigações especiais (b)	(415.862)	(12.601)	86		(428.377)
Ativo financeiro	814.904	22.883	7.779	(109)	845.457

	31/12/2014	Reclassificação	Atualização do ativo financeiro (a)	Capitalização	Baixa	31/12/2015
Ativo financeiro	1.010.795	26.416	74.771	119.626	(842)	1.230.766
Obrigações especiais (b)	(354.639)	-	(48.528)	(12.695)	-	(415.862)
Ativo financeiro	656.156	26.416	26.243	106.931	(842)	814.904

A concessão da Companhia não é onerosa, desta forma, não há obrigações financeiras fixas e pagamentos a serem realizados ao poder concedente.

a) Atualização do ativo financeiro

Em 11 de setembro de 2012, foi publicada a Medida Provisória 579, que dispõe sobre a prorrogação e licitação das concessões de geração, transmissão e distribuição de energia elétrica, sobre a redução dos encargos setoriais, sobre a modicidade tarifária, e dá outras providências. Tal medida provisória foi convertida em 11 de janeiro de 2013 na Lei nº 12.783.

De acordo com este normativo legal, o cálculo do valor dos investimentos vinculados a bens reversíveis, ainda não amortizados ou não depreciados, para fins de indenização, deve utilizar como base a metodologia de valor novo de reposição, conforme critérios estabelecidos em regulamento do poder concedente.

Visando a melhor estimativa da indenização ao final da concessão, o valor justo do ativo financeiro é revisado mensalmente, considerando a atualização pelo IGP-M, por ser este um dos principais critérios de atualização anual utilizada pelo regulador nos processos de reajuste tarifário. Possíveis variações decorrentes do critério de cálculo do VNR também são consideradas.

b) Obrigações especiais

Representam substancialmente recursos da União Federal, dos Estados e dos Municípios e pela participação de consumidores, vinculados à realização de investimentos na concessão do serviço público de energia elétrica.

Companhia Energética do Maranhão - CEMAR

Notas explicativas às demonstrações financeiras intermediárias--Continuação
31 de março de 2016 e 2015
(Em milhares de reais, exceto quando especificado)

13. Intangível

O ativo intangível está constituído da seguinte forma:

	Taxas anuais médias ponderadas de depreciação (%)	31/03/2016			
		Custo	Amortização	(-) Obrigações Vinculadas à Concessão	Valor líquido
Em serviço	3,94%	3.825.701	(1.537.270)	(811.751)	1.476.680
Em curso		499.971	-	(114.076)	385.895
Total		4.325.672	(1.537.270)	(925.827)	1.862.575

	Taxas anuais médias ponderadas de depreciação (%)	31/12/2015			
		Custo	Amortização	(-) Obrigações vinculadas à concessão	Valor líquido
Em serviço	3,93%	3.813.805	(1.493.628)	(825.674)	1.494.503
Em curso		373.359	-	(109.139)	264.220
Total		4.187.164	(1.493.628)	(934.813)	1.758.723

A movimentação do ativo intangível está demonstrada abaixo:

	31/12/2015	Adições	Baixas	Capitalização/transferência	31/03/2016
Em serviço	3.813.808	-	(7.799)	19.692	3.825.701
(-) Amortização	(1.493.628)	(47.748)	4.106	-	(1.537.270)
Total em serviço	2.320.180	(47.748)	(3.693)	19.692	2.288.431
Em curso	373.359	153.998	-	(27.386)	499.971
Total	373.359	153.998	-	(27.386)	499.971
Obrigações especiais	(1.235.855)	(4.936)	-	(85)	(1.240.876)
(-) Amortização	301.039	14.010	-	-	315.049
Total em obrigações especiais	(934.816)	9.074	-	(85)	(925.827)
Total	1.758.723	115.324	(3.693)	(7.779)	1.862.575

	31/12/2014	Reclassificação	Adições	Baixas	Capitalização / transferência	31/12/2015
Em serviço	3.678.195	(26.416)	-	(41.341)	203.370	3.813.808
(-) Amortização	(1.337.280)	-	(182.683)	26.335	-	(1.493.628)
Total em serviço	2.340.915	(26.416)	(182.683)	(15.006)	203.370	2.320.180
Em curso	276.503	-	419.852	-	(322.996)	373.359
Total	276.503	-	419.852	-	(322.996)	373.359
Obrigações especiais	(1.154.431)	-	(94.119)	-	12.695	(1.235.855)
(-) Amortização	245.408	-	55.631	-	-	301.039
Total em obrigações especiais	(909.023)	-	(38.488)	-	12.695	(934.816)
Total	1.708.395	(26.416)	198.681	(15.006)	(106.931)	1.758.723

Companhia Energética do Maranhão - CEMAR

Notas explicativas às demonstrações financeiras intermediárias--Continuação
31 de março de 2016 e 2015
(Em milhares de reais, exceto quando especificado)

13. Intangível--Continuação

O ativo intangível é composto pelo direito de uso dos bens vinculados ao contrato de serviço de concessão amortizáveis até agosto de 2030, conforme ICPC01.

Obrigações Especiais representam substancialmente recursos da União Federal, dos Estados e dos Municípios e pela participação de consumidores, vinculados à realização de investimentos na concessão do serviço público de energia elétrica.

Capitalizações correspondem a transferências do intangível em curso para o intangível em serviço e reclassificação às transferências para o ativo financeiro em serviço da concessão.

14. Fornecedores

	31/03/2016	31/12/2015
Suprimento e encargos de conexão	142.817	181.260
Encargos de uso da rede elétrica	20.743	14.413
Materiais e serviços	143.111	154.879
Total	306.671	350.552

Companhia Energética do Maranhão - CEMAR

Notas explicativas às demonstrações financeiras intermediárias--Continuação

31 de março de 2016 e 2015

(Em milhares de reais, exceto quando especificado)

15. Empréstimos e financiamentos

31/03/2016				
	Custo médio da dívida (%a.a.)	Circulante principal e encargos	Não circulante principal e encargos	Total
Moeda estrangeira				
STN	4,96%	268	13.560	13.828
Operação Itaú 4131	3,00%	1.933	144.877	146.810
Operação Santander 4131	3,00%	2.206	146.813	149.019
Total moeda estrangeira		<u>4.407</u>	<u>305.250</u>	<u>309.657</u>
Moeda nacional				
Banco do Brasil	14,84%	19.751	306.465	326.216
BNB	8,50%	23.354	70.960	94.314
BNDES	8,97%	104.722	494.412	599.134
CAIXA	6,00%	2.886	23.883	26.769
Eletrobrás	11,89%	47.338	196.068	243.406
FINEP	4,00%	1.129	3.365	4.494
IBM	13,99%	1.095	365	1.460
Votorantim	4,50%	475	1.404	1.879
Sudene	7,00%	5.257	37.299	42.556
Subtotal		<u>206.007</u>	<u>1.134.221</u>	<u>1.340.228</u>
(-) Custo de captação		<u>(1.649)</u>	<u>(3.773)</u>	<u>(5.422)</u>
Total moeda nacional		<u>204.358</u>	<u>1.130.448</u>	<u>1.334.806</u>
Total geral	10,79%	<u>208.765</u>	<u>1.435.698</u>	<u>1.644.463</u>

31/12/2015				
	Custo médio da dívida (%a.a.)	Circulante principal e encargos	Não circulante principal e encargos	Total
Moeda estrangeira				
STN	4,10%	133	14.775	14.908
Operação Itaú 4131	3,00%	929	158.958	159.887
Operação Santander 4131	3,00%	1.046	158.730	159.776
Total moeda estrangeira		<u>2.108</u>	<u>332.463</u>	<u>334.571</u>
Moeda nacional				
Banco do Brasil	14,30%	8.924	306.946	315.870
BNB	8,50%	25.118	75.489	100.607
BNDES	8,50%	104.275	517.003	621.278
CAIXA	6,00%	2.889	24.579	27.468
Eletrobrás	11,10%	46.683	207.069	253.752
FINEP	4,00%	1.130	3.645	4.775
IBM	13,50%	1.060	618	1.678
IFC	13,80%	11.082	-	11.082
Votorantim	4,50%	475	1.522	1.997
Sudene	7,00%	4.535	37.299	41.834
Subtotal		<u>206.171</u>	<u>1.174.170</u>	<u>1.380.341</u>
(-) Custo de captação		<u>(1.672)</u>	<u>(4.174)</u>	<u>(5.846)</u>
Total moeda nacional		<u>204.499</u>	<u>1.169.996</u>	<u>1.374.495</u>
Total geral	10,21%	<u>206.607</u>	<u>1.502.459</u>	<u>1.709.066</u>

Companhia Energética do Maranhão - CEMAR

Notas explicativas às demonstrações financeiras intermediárias--Continuação
31 de março de 2016 e 2015
(Em milhares de reais, exceto quando especificado)

15. Empréstimos e financiamentos--Continuação

Em 31 de março de 2016, a Companhia registrou o montante de R\$1.644.463 (R\$1.709.066 em 31 de dezembro de 2015), referente a empréstimos e financiamentos, sendo R\$208.765 de curto prazo e R\$1.435.698 de longo prazo (R\$206.607 de curto prazo e R\$1.502.459 de longo prazo em 31 de dezembro de 2015) a um custo médio anual de 10,79%, equivalente a 76,4% do CDI (10,2%, equivalente a 72,21% do CDI, em 31 de dezembro de 2015).

Em 31 de março de 2016 e 31 de dezembro de 2015, as parcelas relativas ao principal dos empréstimos e financiamentos tinham os seguintes vencimentos:

	31/03/2016		31/12/2015	
	Valor	%	Valor	%
Vencimento Circulante	208.765	13%	206.607	12%
2017	446.049	27%	614.425	36%
2018	446.755	27%	518.615	30%
2019	165.009	10%	128.720	8%
2020	160.041	10%	96.806	6%
Após 2020	221.617	13%	148.068	9%
Total	1.439.471	88%	1.506.634	88%
Custo de captação - não circulante	(3.773)	0%	(4.175)	0%
Não circulante	1.435.698	87%	1.502.459	88%
Total	1.644.463	100%	1.709.066	100%

A movimentação da conta de empréstimos e financiamentos está descrita a seguir:

	Moeda nacional		Moeda estrangeira		Total
	Passivo circulante	Passivo não circulante	Passivo circulante	Passivo não circulante	
Saldos em 31 de dezembro de 2015	204.499	1.169.996	2.108	332.463	1.709.066
Encargos	27.785	760	2.299	-	30.844
Varição monetária e cambial	270	4.824	-	(27.213)	(22.119)
Transferências	45.536	(45.536)	-	-	-
Amortizações de principal	(56.734)	-	-	-	(56.734)
Pagamentos de juros	(17.021)	-	-	-	(17.021)
Custo de captação	23	404	-	-	427
Saldos em 31 de março de 2016	204.358	1.130.448	4.407	305.250	1.644.463

Companhia Energética do Maranhão - CEMAR

Notas explicativas às demonstrações financeiras intermediárias--Continuação
31 de março de 2016 e 2015
(Em milhares de reais, exceto quando especificado)

15. Empréstimos e financiamentos--Continuação

	Moeda nacional		Moeda estrangeira		Total
	Passivo circulante	Passivo não circulante	Passivo circulante	Passivo não circulante	
Saldos em 31 de dezembro de 2014	244.875	1.134.992	1.404	226.154	1.607.425
Ingressos	-	213.929	-	-	213.929
Encargos	112.665	9.865	10.055	-	132.585
Varição monetária e cambial	(880)	12.039	397	106.309	117.865
Transferências	200.861	(200.861)	-	-	-
Amortizações de principal	(247.975)	-	-	-	(247.975)
Pagamentos de juros	(105.769)	-	(9.748)	-	(115.517)
Custo de captação	722	32	-	-	754
Saldos em 31 de dezembro de 2015	204.499	1.169.996	2.108	332.463	1.709.066

O saldo referente à garantia de dívida da Companhia é compreendido por caução no montante de R\$11.183.

Acompanhamento dos *covenants* e garantias dos empréstimos e financiamentos

Os empréstimos e financiamentos contratados pela CEMAR possuem *covenants* e garantias financeiras, cujo não cumprimento durante o período de apuração, poderá acarretar o vencimento antecipado dos contratos. Até o período findo em 31 de março de 2016, a Companhia manteve-se dentro dos limites estipulados nos contratos.

16. Debêntures

A movimentação das debêntures é a seguinte:

	Passivo circulante	Passivo não circulante	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2015	47.303	495.182	542.485
Encargos	14.828	-	14.828
Varição monetária	-	7.162	7.162
Custo de captação	-	124	124
Saldos em 31 de março de 2016	62.131	502.468	564.599

	Passivo circulante	Passivo não circulante	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2014	10.861	506.423	517.284
Encargos	56.828	(473)	56.355
Varição monetária	398	22.127	22.525
Transferências	33.400	(33.400)	-
Pagamentos de juros	(54.182)	-	(54.182)
Custo de captação	(2)	505	503
Saldos em 31 de dezembro de 2015	47.303	495.182	542.485

Companhia Energética do Maranhão - CEMAR

Notas explicativas às demonstrações financeiras intermediárias--Continuação
31 de março de 2016 e 2015
(Em milhares de reais, exceto quando especificado)

16. Debêntures--Continuação

Quarta emissão debêntures

Em 22 de setembro de 2012, encerrou-se a distribuição pública da 4ª emissão de debêntures não conversíveis em ações da Companhia. Os recursos captados, no montante de R\$280.000, dividido em duas séries de R\$101.380 e R\$178.620, destinaram-se, prioritariamente para implementação do programa de investimentos da Companhia e aumento do capital de giro. Em 31 de março de 2016, a taxa efetiva dessa operação é de 15,22% ao ano.

Sexta emissão debêntures

Em 27 de outubro de 2014, encerrou-se a distribuição pública da 6ª emissão de debêntures não conversíveis em ações da Companhia. Os recursos captados, no montante de R\$200.000 em uma única série, destinaram-se, ao aumento do capital de giro, de forma a atender aos negócios de gestão da Companhia. Em 31 de março de 2016, a taxa efetiva dessa operação é de 15,84% ao ano.

Em 31 de março de 2016, as debêntures representam o montante de R\$564.599 e os seus vencimentos estão programados conforme descrito abaixo:

	31/03/2016		31/12/2015	
	Valor	%	Valor	%
Vencimento				
Circulante	62.131	11%	47.303	8%
2017	100.953	18%	100.450	19%
2018	174.876	31%	174.876	33%
2019	141.096	25%	141.096	27%
2020	87.531	16%	80.369	14%
Não circulante	504.456	89%	496.791	93%
Custo de captação - não circulante	(1.988)	0%	(1.609)	0%
Total não circulante	502.468	89%	495.182	92%
Total	564.599	100%	542.485	100%

Covenants

As debêntures preveem a manutenção de indicadores de endividamento e cobertura de juros. Em 31 de março de 2016, a Companhia atendeu a todos os indicadores requeridos contratualmente.

Companhia Energética do Maranhão - CEMAR

Notas explicativas às demonstrações financeiras intermediárias--Continuação
31 de março de 2016 e 2015
(Em milhares de reais, exceto quando especificado)

17. Impostos e contribuições a recolher

17.1. Impostos e contribuições a recolher

	31/03/2016		31/12/2015	
	Circulante	Não circulante	Circulante	Não circulante
ISS	2.237	1.073	2.970	1.104
Encargos sociais e outros	10.672	-	7.293	-
ICMS	47.403	-	49.538	-
PIS e COFINS	14.705	-	19.680	-
Total	75.017	1.073	79.481	1.104

17.2. Impostos e contribuições sobre o lucro a recolher

	31/03/2016	31/12/2015
	Provisão de IRPJ/CSLL	(4)
IRRF	435	(217)
Total	431	2.676

18. Imposto de renda e contribuição social diferidos

A Companhia reconheceu imposto de renda e contribuição social diferidos sobre diferenças temporárias, e imposto de renda sobre prejuízos fiscais considerando as suas projeções de lucro tributável.

Os créditos fiscais diferidos sobre prejuízos fiscais não possuem prazo de prescrição e os seus efeitos financeiros ocorrerão no momento da sua realização. O imposto de renda é calculado à alíquota de 25%, considerando o adicional de 10% e a contribuição social foi constituída à alíquota de 9%.

Desta forma, os referidos créditos fiscais estão contabilizados no ativo não circulante, considerando a expectativa de sua realização, sendo observado o limite de 30% para compensação anual com lucros tributáveis, conforme determinação do CPC 26.

Companhia Energética do Maranhão - CEMAR

Notas explicativas às demonstrações financeiras intermediárias--Continuação
31 de março de 2016 e 2015
(Em milhares de reais, exceto quando especificado)

18. Imposto de renda e contribuição social diferidos--Continuação

18.1. Composição dos créditos de impostos de renda e contribuição social correntes diferidos

A composição dos tributos diferidos é apresentada a seguir:

	31/03/2016	31/12/2015
IRPJ prejuízos fiscais	132.544	132.544
IRPJ e CSLL sobre diferenças temporárias (a)	(281.561)	(269.325)
Total	(149.017)	(136.781)

a) Composição de IRPJ e CSLL de diferença temporária

	31/03/2016	31/12/2015
Provisão para contingências	27.412	25.681
Provisão para crédito de liquidação duvidosa	25.193	30.463
Tributos com exigibilidade suspensa	1.730	971
Depreciação acelerada	(310.668)	(301.525)
Custo de captação, AVP e atualização do ativo financeiro	(15.674)	(8.081)
SWAP	(24.012)	(34.171)
Outras despesas não dedutíveis	14.458	17.337
Total	(281.561)	(269.325)

18.2. Expectativa de recuperação

Com base nos estudos técnicos de viabilidade, a Administração estima que a realização dos créditos fiscais possa ser feita até 2020, conforme demonstrado abaixo:

Expectativa de realização	2016	2017	2018	2019	2020	Total
Impostos diferidos	-	-	10.400	76.900	45.244	132.544

A CEMAR não realizou imposto de renda diferido sobre prejuízos fiscais no período findo em 31 de março de 2016, pois tem optado pela realização dos benefícios de depreciação acelerada até 2018, incentivo tecnológico e benefício SUDENE até 2021.

Em 25 de novembro de 2014 a CEMAR optou pela quitação antecipada dos débitos parcelados no REFIS e foram compensados R\$35.059 com prejuízos fiscais, considerando o Art. 33 da Medida Provisória nº 651/2014 e portaria PGFN/RFB nº 15/2014.

O estudo técnico de viabilidade, que inclui a recuperação dos impostos diferidos, é revisado anualmente, foi elaborado pela Companhia, examinado pelo Conselho Fiscal e aprovado pelo Conselho de Administração em 10 de março de 2016.

Companhia Energética do Maranhão - CEMAR

Notas explicativas às demonstrações financeiras intermediárias--Continuação
31 de março de 2016 e 2015
(Em milhares de reais, exceto quando especificado)

18. Imposto de renda e contribuição social diferidos--Continuação

18.3. Conciliação da despesa com imposto de renda e contribuição social

A conciliação da despesa calculada pela aplicação das alíquotas fiscais e da despesa do Imposto de Renda Pessoa Jurídica (IRPJ) e da Contribuição Social Sobre Lucro Líquido (CSLL) debitada em resultado, nos períodos findos em 31 de março de 2016 e 2015, é demonstrada como segue:

	31/03/2016		31/03/2015	
	IRPJ	CSLL	IRPJ	CSLL
Lucro contábil antes do imposto (IRPJ) de renda e da contribuição social (CSLL)	95.520	95.520	74.996	74.996
Alíquota fiscal	25%	9%	25%	9%
Pela alíquota fiscal	23.880	8.597	18.749	6.750
Adições :				
Provisão para contingências	20.156	7.256	19.738	7.106
Provisão para crédito de liquidação duvidosa	18.524	6.669	20.865	7.511
Pesquisa e desenvolvimento e eficiencia energetica	17.121	6.164	12.035	4.333
Variação de SWAP	36.719	13.219	110.776	39.329
Provisões não dedutíveis	18.167	6.540	17.851	6.976
Demais provisões	291	170	-	-
	110.978	40.018	181.265	65.255
Exclusões:				
Reversões de contingências	(18.883)	(6.798)	(19.400)	(6.984)
Reversões de provisão de crédito para liquidação duvidosa	(22.399)	(8.064)	(20.618)	(7.423)
Reversões de provisões, reposicionamento tarifário	(44.210)	(15.916)	(31.057)	(11.178)
Variação de SWAP	(29.250)	(10.530)	(119.091)	(42.873)
Depreciação acelerada	(6.723)	-	-	-
	(121.465)	(41.308)	(190.166)	(68.458)
IRPJ e CSLL	13.394	7.308	9.848	3.547
Incentivo PAT	(149)	-	(237)	-
IRPJ e CSLL no resultado do período	13.245	7.308	9.611	3.547
Alíquota efetiva (excluindo IRPJ/CSLL diferidos)	14%	8%	13%	5%
Ativo fiscal diferido	10.776	1.459	9.213	3.317
(+) IRPJ subvenção governamental	(13.245)	-	(9.611)	-
Total	10.776	8.767	9.213	6.864
Alíquota efetiva com ativo fiscal diferido	11%	9%	12%	9%

- (a) Em 28 de março de 2012, foi emitido Laudo Constitutivo nº 0037/2012 que outorga à CEMAR ampliação do percentual de redução do imposto de renda de 75% calculado sobre o imposto de renda apurado na base do lucro da exploração, sob a justificativa de modernização total das suas instalações elétricas, com prazo de vigência de 2012 até o ano de 2021. Em 31 de março de 2016, o valor do imposto de renda calculado sobre o lucro da exploração foi de R\$17.660.

Companhia Energética do Maranhão - CEMAR

Notas explicativas às demonstrações financeiras intermediárias--Continuação
31 de março de 2016 e 2015
(Em milhares de reais, exceto quando especificado)

19. Encargos do consumidor

	31/03/2016	31/12/2015
Taxa de fiscalização	337	-
CDE - Conta de Desenvolvimento Energético	7.462	10.290
Total	7.799	10.290

20. Participação nos lucros

O programa de participação nos resultados, implantado em 2004, é corporativo e está atrelado ao resultado do EBITDA e diversos outros indicadores operacionais e financeiros da Companhia. O programa é composto por avaliações dos indicadores da presidência, diretorias, gerências, coordenadores e colaboradores e vem evoluindo ao longo dos anos de forma a propiciar um maior engajamento dos colaboradores na melhoria dos resultados operacionais na Companhia. Em 31 de março de 2016, o saldo provisionado de participação nos lucros é de R\$15.851 (R\$29.965 em 31 de dezembro de 2015).

21. Provisões para processos cíveis, fiscais e trabalhistas

A Companhia é parte (pólo passivo) em ações judiciais e processos administrativos perante tribunais e órgãos governamentais, decorrentes do curso normal das suas operações, envolvendo questões tributárias, trabalhistas, aspectos cíveis e outros assuntos. A Administração, com base em informações de seus assessores jurídicos, análise das demandas judiciais pendentes e, quanto às ações trabalhistas, com base na experiência anterior referente às quantias reivindicadas, constituiu provisão em montante considerado suficiente para cobrir as prováveis perdas estimadas com as ações em curso, conforme segue:

	31/03/2016			31/12/2015		
	Valor das causas	Depósitos judiciais	Provisão líquida	Valor das causas	Depósitos judiciais	Provisão líquida
Cíveis	40.651	(18.620)	22.031	38.930	(17.738)	21.192
Tributárias	5.165	(4.006)	1.159	2.286	(387)	1.899
Trabalhistas	20.206	(10.556)	9.650	20.173	(9.658)	10.515
Regulatórias	14.603	-	14.603	14.144	-	14.144
	80.625	(33.182)	47.443	75.533	(27.783)	47.750
Circulante	43.394	(20.547)	22.847	35.835	(18.768)	17.067
Não circulante	37.231	(12.635)	24.596	39.698	(9.015)	30.683
	80.625	(33.182)	47.443	75.533	(27.783)	47.750

Companhia Energética do Maranhão - CEMAR

Notas explicativas às demonstrações financeiras intermediárias--Continuação
31 de março de 2016 e 2015
(Em milhares de reais, exceto quando especificado)

21. Provisões para processos cíveis, fiscais e trabalhistas--Continuação

Movimentação dos processos

	Saldo inicial			Reversão de		Saldo final
	31/12/2015	Adições	Utilização (1)	provisão (2)	Atualização (3)	31/03/2016
Cíveis	38.930	5.210	(4.025)	(1.213)	1.749	40.651
Tributárias	2.286	2.879	-	-	-	5.165
Trabalhistas	20.173	218	(541)	(59)	415	20.206
Regulatórias	14.144	-	-	-	459	14.603
	75.533	8.307	(4.566)	(1.272)	2.623	80.625

	Saldo inicial			Reversão de		Saldo final
	31/12/2014	Adições	Utilização (1)	provisão (2)	Atualização (3)	31/12/2015
Cíveis	36.363	21.349	(23.900)	(5.686)	10.804	38.930
Tributárias	498	1.826	-	(16)	(22)	2.286
Trabalhistas	20.693	2.329	(2.065)	(2.009)	1.225	20.173
Regulatórias	20.046	10	(6.632)	(660)	1.380	14.144
	77.600	25.514	(32.597)	(8.371)	13.387	75.533

(1) Gastos efetivos com contingências judiciais.

(2) Reversões realizadas no período.

(3) Atualizações monetárias.

Trabalhistas

Atualmente, o passivo trabalhista é composto por 573 reclamações ajuizadas (562 reclamações em 2015) por ex-empregados contra a Companhia, com pedidos que variam entre horas extras, periculosidade, equiparação e/ou reenquadramento salarial, doença ocupacional/reintegração, estabilidade CIPA, entre outros, assim como por ações movidas por ex-empregados de empresas terceirizadas (responsabilidade subsidiária), que pleiteiam, em sua maioria, verbas rescisórias.

Em 31 de março de 2016, a Companhia contempla provisão para causas trabalhistas no valor de R\$20.206 (R\$20.173 em 31 de dezembro de 2015).

Além das perdas provisionadas, existem outras contingências trabalhistas cuja possibilidade de perda é avaliada pela Administração, com base na avaliação da gerência jurídica e seus assessores legais externos, como possível, no montante de R\$13.944 (R\$13.944 em 31 de dezembro de 2015) para as quais não foram constituídas provisões.

Companhia Energética do Maranhão - CEMAR

Notas explicativas às demonstrações financeiras intermediárias--Continuação
31 de março de 2016 e 2015
(Em milhares de reais, exceto quando especificado)

21. Provisões para processos cíveis, fiscais e trabalhistas--Continuação

Cíveis

A Companhia figura como parte ré em 12.016 processos cíveis (11.286 processos em 2015), sendo que 8.127 tramitam em Juizados Especiais, os quais, em sua grande maioria, referem-se a pleitos de danos materiais e morais, assim como ressarcimento de valores pagos por consumidores.

Os processos cíveis mais significativos envolvem ações indenizatórias questionando acidentes com a rede de distribuição, falha no fornecimento, morte por descarga elétrica ou danos decorrentes da rescisão de contratos com fornecedores.

No encerramento das demonstrações financeiras intermediárias do período findo em 31 de março de 2016 contemplam provisão de R\$40.651 (R\$38.930 em 31 de dezembro de 2015).

Além das perdas provisionadas, existem outras contingências cíveis cuja possibilidade de perda é avaliada pela Administração, com base na avaliação da gerência jurídica da CEMAR e seus assessores legais externos, como possível, no montante de R\$66.241 (R\$61.172 em 31 de dezembro de 2015) para as quais não foi constituída provisão.

Companhia Energética do Maranhão - CEMAR

Notas explicativas às demonstrações financeiras intermediárias--Continuação
31 de março de 2016 e 2015
(Em milhares de reais, exceto quando especificado)

21. Provisões para processos cíveis, fiscais e trabalhistas--Continuação

Tributárias

A Companhia figura como parte ré em 72 processos tributários (72 processos em 2015).

Tratam-se em grande maioria de processos nos quais consumidores questionam Contribuição de Iluminação Pública (CIP), Repasse de PIS/COFINS na fatura e ICMS sobre Demanda Contratada, todos com jurisprudências dos Tribunais Superiores sedimentadas em favor da Companhia, motivo pelo qual não representam risco relevante.

As demonstrações financeiras intermediárias do período findo em 31 de março de 2016 contemplam provisão de R\$5.165, para as causas tributárias (R\$2.286 em 31 de dezembro de 2015).

Além das perdas provisionadas acima, existem outras contingências cuja possibilidade de perda é avaliada pela Administração, com base na avaliação da gerência jurídica da CEMAR e seus assessores legais externos, como possível no montante de R\$30.233 (R\$30.234 em 31 de dezembro de 2015) para as quais não foi constituída provisão.

Os assuntos discutidos nos processos mais relevantes de diagnóstico possível são Taxa de Iluminação Pública, Portarias DNAEE e Quebra de Contrato, na esfera civil, execução fiscal de COFINS na esfera tributária e reclamações trabalhistas na esfera trabalhista.

Os processos nos quais a Companhia é parte, bem como os depósitos judiciais a eles associados, são classificados em curto e longo prazo, de acordo com o prazo estimado de exigibilidade financeira. Nestes termos, a gerência jurídica classifica os processos de acordo com o foro de tramitação e a fase processual em que se encontram. Logo, se a expectativa de deslinde da ação judicial for de 12 (doze) meses ou menos, assim considerados os processos que tramitam nos juizados especiais e todos os demais que já se encontram em fase de liquidação ou execução, o processo será classificado como de “curto prazo”. Já se a expectativa de desenrolar da causa for maior que 12 (doze) meses, o processo será classificado como de “longo prazo”.

Companhia Energética do Maranhão - CEMAR

Notas explicativas às demonstrações financeiras intermediárias--Continuação
31 de março de 2016 e 2015
(Em milhares de reais, exceto quando especificado)

21. Provisões para processos cíveis, fiscais e trabalhistas--Continuação

Regulatórias

O valor a ser provisionado neste item corresponde a prováveis penalidades a serem aplicadas na CEMAR, provenientes de:

- Autos de Infração (AI) emitidos pelo órgão regulador do setor elétrico - a Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL);
- Termos de Notificação (TN) emitidos pela Câmara de Comercialização de Energia Elétrica/CEEE, quando se tratarem de infrações relacionadas à comercialização de energia elétrica;
- Penalidades emitidas pelo Operador Nacional do Sistema (ONS), quando se tratarem de infrações relacionadas à operação do sistema elétrico;

Sanções administrativas provenientes dos órgãos de defesa do consumidor.

22. Patrimônio líquido

22.1 Capital social

O capital social em 31 de março de 2016 é de R\$ 840.410 (em 31 de dezembro de 2015 foi de R\$840.410) e sua composição por classe de ações e principais acionistas é a seguinte:

Acionistas	Ações ordinárias	Ações preferenciais nominativas		Total	%
		Classe A	Classe B		
Equatorial Energia	105.120.627	768.695	1.008.683	106.898.005	65,11%
Eletrobrás	54.017.048	459.387	609.069	55.085.504	33,55%
Outros	2.181.264	11.149	7.977	2.200.390	1,34%
	161.318.939	1.239.231	1.625.729	164.183.899	100%

As ações preferenciais, com exceção das emitidas até 31 de dezembro de 1996, são inconversíveis em ações ordinárias, gozando de prioridade de reembolso de capital, pelo valor de patrimônio líquido, no caso de liquidação da Companhia, tendo prioridade no recebimento de dividendos mínimos de 6% (seis por cento) para as de classe "A" e 10% (dez por cento) para as de classe "B", calculados sobre o seu valor patrimonial antes da apropriação do resultado do período a que se referir o dividendo.

Companhia Energética do Maranhão - CEMAR

Notas explicativas às demonstrações financeiras intermediárias--Continuação
31 de março de 2016 e 2015
(Em milhares de reais, exceto quando especificado)

22. Patrimônio líquido--Continuação

22.2 Reserva de capital

Em atendimento à deliberação CVM nº 562, de 17 de dezembro de 2008, que aprovou o CPC 10, a Companhia possui registrado na Reserva de Capital o montante total de R\$674, referentes a opções outorgadas reconhecidas.

22.3 Reserva de lucros - reserva legal

É constituída à base de 5% do lucro líquido antes das participações e da reversão dos juros sobre o capital próprio, conforme determina a legislação societária, definido pelo Conselho de Administração, e limitada a 20% do capital social. Em 31 de março de 2016, o saldo de reserva legal é de R\$18.190 (R\$71.898 em 31 de março de 2015) devido ao aumento de capital.

22.4 Reserva de lucros - reserva de incentivos fiscais

Em 28 de março de 2012 a Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste (SUDENE) emitiu o Laudo Constitutivo nº 0037/2012, que outorga à CEMAR ampliação do percentual de redução do imposto de renda de 75% sob a justificativa de modernização total das suas instalações elétricas, com prazo de vigência de 2012 até o ano de 2021.

A CVM através da deliberação nº 555 aprovou o pronunciamento técnico CPC 07, que trata de subvenções e assistências governamentais, determinando o reconhecimento contábil das subvenções concedidas em forma de redução ou isenção tributária como receita. O efeito do benefício referente ao incentivo fiscal da SUDENE no período findo em 31 de março de 2016 é de R\$71.020 (R\$71.020 em 31 de dezembro de 2015), calculado com base no Lucro da Exploração, aplicando o incentivo de redução de 75% no imposto de renda apurado pelo lucro real.

Companhia Energética do Maranhão - CEMAR

Notas explicativas às demonstrações financeiras intermediárias--Continuação
31 de março de 2016 e 2015
(Em milhares de reais, exceto quando especificado)

22. Patrimônio líquido--Continuação

22.5 Reserva estatutária de reforço de capital de giro

Esta reserva destina-se a registrar o saldo do lucro líquido do exercício após as deduções previstas em lei, o dividendo prioritário das ações preferenciais e o dividendo mínimo obrigatório previsto. Em 31 de março de 2016, o saldo desta reserva é de R\$922.135 (R\$922.135 em 31 de dezembro de 2015).

22.6 Excesso de reserva de lucros

Em 10 de março de 2016 foi proposto pelo Conselho de Administração o aumento de capital da Companhia, sem emissão de novas ações, no montante de R\$89.210, mediante capitalização do saldo da reserva de incentivo fiscal da SUDENE no valor de R\$71.020 e 100% da reserva legal no valor de R\$18.190. O aumento estabelecido tem o objetivo de atender o que preceitua o estatuto social da Companhia, em consonância com legislação societária brasileira, a qual limita a reserva de lucros, com exceção da reserva para contingências, de incentivos fiscais e de lucros a realizar, ao valor do capital social.

23. Receita operacional

Em 31 de março de 2016 e 2015, a composição do fornecimento de energia elétrica pelas classes de consumidores é a seguinte:

	31/03/2016		
	Nº de consumidores (*)	MWh (*)	R\$
Residencial	2.032.375	746.781	371.120
Industrial	8.480	110.151	44.362
Comercial	152.240	300.442	165.856
Rural	58.587	45.175	12.554
Poder público	23.467	85.522	50.070
Iluminação pública	1.109	99.586	33.445
Serviço público	6.476	72.073	35.729
Consumo próprio	310	2.165	-
Suprimento CCEE	-	-	16.712
Baixa renda	-	-	44.745
Receita de construção	-	-	153.997
Valores a receber de parcela A e outros itens financeiros	-	-	40.309
Outras	-	-	17.334
Total	2.283.044	1.461.895	986.233

Companhia Energética do Maranhão - CEMAR

Notas explicativas às demonstrações financeiras intermediárias--Continuação
31 de março de 2016 e 2015
(Em milhares de reais, exceto quando especificado)

23. Receita operacional--Continuação

	31/03/2015		
	Nº de consumidores (*)	MWh (*)	R\$
Residencial	1.967.832	703.967	332.896
Industrial	8.536	124.309	43.638
Comercial	147.345	292.930	151.480
Rural	57.967	38.557	12.212
Poder público	22.987	81.065	40.100
Iluminação pública	979	97.969	29.462
Serviço público	6.195	72.879	30.195
Consumo próprio	398	2.275	-
Suprimento CCEE	-	-	4.851
Baixa renda	-	-	49.675
Receita de construção	-	-	90.366
Valores a Receber de Parcela A e Outros Itens Financeiros	-	-	56.054
Outras	-	-	19.808
Total	2.212.239	1.413.951	860.737

(*) Informações não revisadas pelos auditores independentes.

24. Receita operacional líquida

A conciliação da receita bruta para a receita líquida é como segue:

	31/03/2016	31/03/2015
Fornecimento de energia elétrica		
Valores a Receber de Parcela A e Outros Itens Financeiros (a)	735.894	672.551
Remuneração financeira WACC	40.309	56.054
Suprimento de energia elétrica	20.915	17.107
Receita de construção (b)	16.712	4.851
Outras receitas	153.997	90.366
Receita operacional	18.406	19.808
	986.233	860.737
ICMS sobre venda de energia elétrica	(138.848)	(116.862)
PIS e COFINS	(76.263)	(71.365)
Encargos do consumidor	(5.841)	(16.585)
ISS	(260)	(374)
Conta de Desenvolvimento Energético - CDE	(55.878)	-
Deduções à receita operacional	(277.090)	(205.186)
Receita operacional líquida	709.143	655.551

- (a) Por meio do Despacho nº 4.621, de 25 de novembro de 2014, a ANEEL aprovou modelo de aditivo aos contratos de concessão do serviço público de distribuição de energia elétrica, cujo objetivo é garantir que os saldos remanescentes de ativos ou passivos regulatórios relativos a valores financeiros a serem apurados com base nos regulamentos preestabelecidos pela ANEEL, incluídos aqueles constituídos após a última alteração tarifária comporão o valor da indenização a ser recebida pelo concessionário em eventual término da concessão, por qualquer motivo. Como consequência, foi emitido pelo CPC a Orientação Técnica - OCPC08 ("OCPC08") que teve por objetivo tratar dos requisitos básicos de reconhecimento, mensuração e evidenciação destes ativos ou passivos financeiros que passam a ter a característica de direito (ou obrigação) incondicional de receber (ou entregar) caixa ou outro instrumento financeiro a uma contraparte claramente identificada.

Companhia Energética do Maranhão - CEMAR

Notas explicativas às demonstrações financeiras intermediárias--Continuação

31 de março de 2016 e 2015

(Em milhares de reais, exceto quando especificado)

24. Receita operacional líquida--Continuação

- (b) A ICPC 01 estabelece que a concessionária de energia elétrica deve registrar e mensurar a receita dos serviços que presta de acordo com os Pronunciamentos Técnicos CPC 17 - Contratos de Construção (serviços de construção ou melhoria) e CPC 30 - Receitas (serviços de operação - fornecimento de energia elétrica), mesmo quando regidos por um único contrato de concessão.

A Companhia contabiliza receitas e custos relativos a serviços de construção ou melhoria da infraestrutura utilizada na prestação dos serviços de distribuição de energia elétrica. A margem de construção adotada é estabelecida como sendo igual a zero, considerando que: (i) a atividade fim da Companhia é a distribuição de energia elétrica; (ii) toda receita de construção está relacionada com a construção de infraestrutura para o alcance da sua atividade fim, ou seja, a distribuição de energia elétrica; e (iii) a Companhia terceiriza a construção da infraestrutura com partes não relacionadas. Mensalmente, a totalidade das adições efetuadas ao ativo intangível em curso é transferida para o resultado, como custo de construção, após dedução dos recursos provenientes do ingresso de obrigações especiais.

25. Custos do serviço e despesas operacionais

Os custos e despesas operacionais têm a seguinte composição por natureza de gasto:

Custos/despesas operacionais	31/03/2016			Total
	Custo do serviço de energia elétrica	Despesas com vendas	Despesas administrativas	
Pessoal	10.546	6.963	8.846	26.355
Material	1.391	130	57	1.578
Serviços de terceiros	16.831	25.815	14.452	57.098
Energia elétrica comprada para revenda	328.939	-	-	328.939
Custo de construção	153.997	-	-	153.997
Provisão para crédito de liquidação duvidosa	-	9.820	-	9.820
Provisão para contingência	-	-	4.172	4.172
Depreciação e amortização	25.712	-	-	25.712
Arrendamento e aluguéis	283	568	48	899
Honorário dos administradores	-	-	2.772	2.772
Outros	89	566	413	1.068
Total	537.788	43.862	30.760	612.410

Companhia Energética do Maranhão - CEMAR

Notas explicativas às demonstrações financeiras intermediárias--Continuação
31 de março de 2016 e 2015
(Em milhares de reais, exceto quando especificado)

25. Custos do serviço e despesas operacionais--Continuação

Custos/ Despesas Operacionais	31/03/2015			Total
	Custo do serviço de energia elétrica	Despesas com vendas	Despesas administrativas	
Pessoal	6.872	6.597	8.654	22.123
Material	1.911	489	755	3.155
Serviços de terceiros	17.475	23.847	12.990	54.312
Energia elétrica comprada para revenda	330.531	-	-	330.531
Custo de construção	90.366	-	-	90.366
Provisão para crédito de liquidação duvidosa	-	6.494	-	6.494
Provisão para contingência	-	-	3.040	3.040
Depreciação e amortização	23.537	-	-	23.537
Arrendamento e aluguéis	408	659	38	1.105
Honorário dos administradores	-	-	3.280	3.280
Outros	3.753	(1.547)	(295)	1.911
Total	474.853	36.539	28.462	539.854

26. Energia elétrica comprada para revenda

	GWh(*)		R\$	
	31/03/2016	31/03/2015	31/03/2016	31/03/2015
Energia de leilão	1.108	750	199.657	165.946
Contratos Eletronuclear	51	52	10.283	11.664
Contratos cotas de garantias	688	616	42.282	20.754
Encargo de Serviço do Sistema - ESS/ Energia reserva	-	-	16.248	11.679
Energia de curto prazo CCEE (a)	(87)	250	51.793	130.983
Programa incentivo fontes alternativas energia - PROINFA	32	32	9.998	6.674
Encargos de uso do sistema de transmissão e distribuição	-	-	31.867	15.305
(-) Parcela a compensar crédito PIS/COFINS não cumulativo (b)	-	-	(33.189)	(32.474)
Total	1.792	1.700	328.939	330.531

(*) Informações não examinadas pelos auditores independentes

Companhia Energética do Maranhão - CEMAR

Notas explicativas às demonstrações financeiras intermediárias--Continuação

31 de março de 2016 e 2015

(Em milhares de reais, exceto quando especificado)

26. Energia elétrica comprada para revenda--Continuação

- a) No primeiro trimestre de 2016 as despesas de compra de energia no curto prazo tiveram influências dos seguintes fatores: (i) redução no custo médio é explicada pelo menor custo do PLD, preço utilizado para liquidação de energia comprada no mercado spot, cujo valor médio para este período ficou em R\$ 44,07 por MWh; (ii) a sobrecontratação de energia da distribuidora em virtude da recontração de energia no 15º Leilão de Energia Existente (leilão A-1) e no recebimento de contratos de energia oriundos da participação do Mecanismo de Compensação de Sobras e Déficits – MCS D Trocas Livres de novembro e dezembro de 2015;
- b) O valor refere-se a crédito de PIS e COFINS não cumulativo, na forma das Leis 10.637 de 2002 e 10.833 de 2003, originário de aquisição de energia elétrica para revenda;

27. Resultado financeiro

	<u>31/03/2016</u>	<u>31/03/2015</u>
Rendas financeiras	43.381	30.148
Valores a receber da parcela A	6.135	-
Operações com instrumentos financeiros derivativos	-	44.882
Acréscimo moratório de energia vendida	19.193	18.060
Receita financeira de AVP	-	48
Variação monetária e cambial da dívida	433	9.381
PIS/COFINS sobre receita financeira	(3.283)	-
Atualização do ativo financeiro	22.883	-
Outras receitas financeiras	1.882	2.859
Total de receitas financeiras	<u>90.624</u>	<u>105.378</u>
Valores a receber parcela A	(3.262)	-
Operações com instrumentos financeiros derivativos	(29.880)	(5.501)
Encargos da dívida	(32.800)	(105.448)
Atualização de contingência	-	(3.513)
Multas Regulatórias	(780)	(4.711)
Descontos concedidos	(23)	-
Atualização do ativo financeiro	-	(7.275)
Outras despesas financeiras	(4.449)	(1.933)
Total de despesas financeiras	<u>(71.194)</u>	<u>(128.381)</u>
Resultado financeiro	<u>19.430</u>	<u>(23.003)</u>

- (a) Os valores de CVA atualizados e amortizados que foram divulgados no reajuste tarifário são recalculados e atualizados com base na variação da Selic até a data da efetiva amortização mensal.
- (b) São os valores provenientes da multa, atualização monetária e juros de mora gerados por atraso do pagamento da conta de energia emitida pela distribuidora.

Companhia Energética do Maranhão - CEMAR

Notas explicativas às demonstrações financeiras intermediárias--Continuação
31 de março de 2016 e 2015
(Em milhares de reais, exceto quando especificado)

28. Entidade de previdência privada

Características do plano de aposentadoria

A CEMAR é patrocinadora da FASCEMAR - Fundação de Assistência e Seguridade dos Servidores da CEMAR, Fundação de Previdência Complementar, pessoa jurídica de direito privado sem fins lucrativos, que tem por finalidade, na qualidade de entidade fechada de previdência complementar, a administração e execução dos Planos de Benefícios de natureza previdenciária.

A FASCEMAR foi totalmente reestruturada ao longo do ano de 2005, culminando na implantação e operacionalização de um novo plano previdenciário a partir de maio de 2006, - o Plano Misto de Benefícios I, em regime de contribuição definida na modalidade de contribuição variável de acordo com a classificação definida pela Previc. O plano oferece os benefícios de aposentadoria normal, na modalidade de contribuição definida, e o benefício por incapacidade e por morte de participante ativo, na modalidade de benefício definido, além dos institutos legais obrigatórios. Desde a sua implementação, verificou-se a adesão de 98% dos participantes ativos do Plano de Benefício Definido I (Plano BD I), assim como dos funcionários da CEMAR que não contavam com este benefício.

Atualmente, o Plano BD I atende em sua maioria os participantes aposentados e pensionistas que já se encontravam em gozo do benefício em abril de 2006. Este plano apresenta os benefícios de aposentadoria por idade, especial, tempo de contribuição e auxílio funeral.

A CEMAR, na qualidade de patrocinadora, recolhe, mensalmente, para os dois Planos, uma contribuição normal paritária ao total das contribuições recolhidas pelos participantes que pertençam ao seu quadro de pessoal. Na apuração do período findo em 31 de março de 2016, esse valor corresponde a R\$606 (R\$2.934 em 31 de dezembro de 2015).

Companhia Energética do Maranhão - CEMAR

Notas explicativas às demonstrações financeiras intermediárias--Continuação
31 de março de 2016 e 2015
(Em milhares de reais, exceto quando especificado)

29. Instrumentos financeiros

29.1. Considerações gerais

A Administração desses instrumentos é efetuada por meio de estratégias operacionais e controles internos visando assegurar liquidez, rentabilidade e segurança. A política de controle consiste em acompanhamento permanente das condições contratadas versus condições vigentes no mercado.

A Administração faz uso dos instrumentos financeiros visando remunerar ao máximo suas disponibilidades de caixa, manter a liquidez de seus ativos, proteger-se de variações de taxas de juros ou câmbio e obedecer aos índices financeiros constituídos em seus contratos de financiamento (*covenants*), sendo eles dívida líquida sobre LAJIDA ajustado (DL/LAJIDA Ajustado) e dívida líquida sobre a dívida líquida somada ao patrimônio líquido (DL/DL+PL).

29.2 Política de utilização de derivativos

A CEMAR utiliza operações com derivativos, apenas para conferir proteção às oscilações de indexadores macroeconômicos e conferir proteção às oscilações de cotações de moedas estrangeiras.

29.3 Valor justo dos instrumentos financeiros

Em atendimento à Instrução CVM nº 475, os saldos contábeis e os valores de mercado dos instrumentos financeiros incluídos no balanço patrimonial em 31 de março de 2016 e dezembro de 2015 estão identificados a seguir:

	31/03/2016		31/12/2015	
	Contábil	Mercado	Contábil	Mercado
Ativo				
Caixa e equivalentes de caixa	306.671	306.671	310.893	310.893
Investimentos de curto prazo	966.842	966.842	1.094.340	1.094.340
Contas a receber de clientes	811.285	811.285	790.379	790.379
Ativo financeiro de concessão	845.457	845.457	814.904	814.904
Depósito judicial	33.182	33.182	27.783	27.783
Total do ativo	2.963.437	2.963.437	3.038.299	3.038.299
Passivo				
Fornecedor	306.671	306.671	350.552	350.552
Empréstimos e financiamentos	1.644.463	1.644.463	1.709.066	1.709.066
Debêntures	564.599	540.599	542.485	532.144
Total do passivo	2.515.733	2.491.733	2.602.103	2.591.762

Companhia Energética do Maranhão - CEMAR

Notas explicativas às demonstrações financeiras intermediárias--Continuação
31 de março de 2016 e 2015
(Em milhares de reais, exceto quando especificado)

29. Instrumentos financeiros--Continuação

29.3 Valor justo dos instrumentos financeiros--Continuação

Investimentos de curto prazo - são classificados como de valor justo através do resultado. A hierarquia de valor justo dos investimentos de curto prazo é 1.

Contas a receber de clientes - decorrem diretamente das operações da Companhia, são classificados como recebíveis, e estão registrados pelos seus valores originais, sujeitos a provisão para perdas e ajuste a valor presente, quando aplicável. Nível 2 na hierarquia de valor justo.

Ativo financeiro de concessão - são classificados como empréstimos e recebíveis, e estão registrados pelos seus valores originais, sujeitos a provisão para perdas e ajuste a valor presente quando aplicável. Nível 2 na hierarquia de valor justo.

Fornecedores - decorrem diretamente da operação da Companhia e são classificados como passivos financeiros não mensurados ao valor justo. Nível 2 na hierarquia de valor justo.

Empréstimos e financiamentos - os empréstimos e financiamentos têm o propósito de gerar recursos para financiar os programas de investimentos da Companhia e eventualmente gerenciar necessidades de curto prazo. São classificados como passivos financeiros não mensurados ao valor justo e estão contabilizados pelos seus valores amortizados. Nível 2 na hierarquia de valor justo.

Debêntures - são classificadas como passivos financeiros não mensurados ao valor justo e estão contabilizados pelo seu valor amortizado. Para fins de divulgação, as debêntures tiveram seus valores de mercado calculados com base em taxas de mercado secundário da própria dívida ou dívida equivalente, divulgadas pela ANBIMA. Nível 2 na hierarquia de valor justo.

Derivativos - são classificados como instrumentos derivativos e têm como objetivo a proteção às oscilações de taxa de juros e moeda estrangeira. Para as operações de *swaps*, a determinação do valor de mercado foi realizada utilizando as informações de mercado disponíveis.

Companhia Energética do Maranhão - CEMAR

Notas explicativas às demonstrações financeiras intermediárias--Continuação
31 de março de 2016 e 2015
(Em milhares de reais, exceto quando especificado)

29. Instrumentos financeiros--Continuação

29.4 Caixa e equivalentes de caixa

Os equivalentes de caixa da CEMAR são instrumentos financeiros de alta liquidez e o valor de mercado reflete o valor registrado no balanço patrimonial. São compostos por numerários disponíveis e investimentos financeiros.

A Companhia mantém os equivalentes de caixa com a intenção de atender a seus compromissos de caixa de curto prazo.

Os investimentos financeiros classificados como equivalentes de caixa são de curto prazo e de alta liquidez. São também conversíveis em um montante conhecido de caixa e são indexados ao CDI, que é considerada uma taxa livre de risco.

29.5 Fatores de risco - Instrução CVM nº 475

Os fatores de riscos abaixo descritos podem impactar a saúde econômico-financeira da Companhia ou sua operação. Os riscos descritos a seguir são uma compilação dos riscos apontados pelas diversas áreas da Companhia, em suas áreas de especialidades. A Administração da CEMAR define a forma de tratamento e os responsáveis por acompanhar cada um dos riscos levantados, para sua prevenção e controle.

Risco de crédito - Os saldos elevados, bem como as idades dos recebíveis provenientes de Consumidores constituem um risco para a liquidez e para a estrutura de capital da Companhia. A Administração acompanha as situações em aberto e para mitigar o risco de inadimplência a Companhia utiliza todas as ferramentas de cobrança permitidas pelo órgão regulador, tais como corte por inadimplência, negativação de débitos e negociação das posições em aberto. Para mitigar o risco das instituições financeiras depositárias de recursos ou de investimentos financeiros, a Companhia seleciona apenas instituições com baixo risco, avaliadas por agências de *rating*. A Companhia preserva seus ativos de concessão de acordo com a legislação vigente e monitora as possíveis definições nas regras de reversão da concessão.

Risco de liquidez - evidencia a capacidade da Companhia em liquidar as obrigações assumidas. Para determinar a capacidade financeira da Companhia em cumprir adequadamente os compromissos assumidos, os fluxos de vencimentos dos recursos captados e de outras obrigações fazem parte das divulgações. Informações com maior detalhamento sobre os empréstimos captados pela Companhia são apresentadas nas notas 15 e 16.

Companhia Energética do Maranhão - CEMAR

Notas explicativas às demonstrações financeiras intermediárias--Continuação
31 de março de 2016 e 2015
(Em milhares de reais, exceto quando especificado)

29. Instrumentos financeiros—Continuação

29.5 Fatores de risco - Instrução CVM nº 475--Continuação

A Companhia tem obtido recursos a partir da sua atividade comercial e do mercado financeiro, destinando-os principalmente ao seu programa de investimentos e à administração de seu caixa para capital de giro e compromissos financeiros.

A gestão dos investimentos financeiros tem foco em instrumentos de curto prazo, de modo a promover máxima liquidez e fazer frente aos desembolsos. A geração de caixa da Companhia e sua pouca volatilidade nos recebimentos e obrigações de pagamentos ao longo dos meses do ano, prestam à Companhia estabilidade nos seus fluxos, reduzindo o seu risco de liquidez.

Riscos de mercado - estão associados a flutuações nas taxas de juros e indexadores de dívidas, taxas de câmbio, compreendendo ainda os limitadores de endividamento definidos em contratos, cujo descumprimento pode implicar em vencimento antecipado, conforme descritos abaixo.

Risco cambial - Este risco é oriundo da possibilidade da Companhia vir a incorrer em perdas por conta das flutuações no câmbio. Atualmente a exposição da CEMAR ao câmbio é de 12% de sua dívida. A CEMAR monitora continuamente as taxas de câmbio e de juros de mercado com o objetivo de avaliar a eventual necessidade da contratação de derivativos para se proteger contra o risco de volatilidade dessas taxas.

A CEMAR possui três dívidas em moeda estrangeira, sendo que duas delas, que representam 95% da exposição cambial, possuem SWAP para proteção contras as oscilações de câmbio, e uma com baixa representatividade no endividamento global da Companhia não possui, e é derivada de seu contrato com a Secretaria do Tesouro Nacional - STN.

A sensibilidade desta dívida foi demonstrada em cinco cenários, em conformidade com a Instrução nº 475 da CVM, um cenário com taxas reais verificadas em 31 de março de 2016 (Cenário Provável) mais dois cenários com apreciação de 25% (Cenário II) e 50% (Cenário III) da cotação da moeda estrangeira considerada.

Incluímos ainda mais dois cenários com o efeito inverso ao determinado na instrução para demonstrar os efeitos com a depreciação de 25% (Cenário IV) e 50% (Cenário V).

Companhia Energética do Maranhão - CEMAR

Notas explicativas às demonstrações financeiras intermediárias--Continuação
31 de março de 2016 e 2015
(Em milhares de reais, exceto quando especificado)

29. Instrumentos financeiros--Continuação

29.6 Gestão de risco decorrente de instrumentos financeiros

Risco do fluxo de caixa ou valor justo associado à taxa de juros ou variação cambial						
Operação	Risco	Cenário provável	Cenário II	Cenário III	Cenário IV	Cenário V
Passivos financeiros						
STN	USD	(27.215)	(104.629)	(182.043)	50.200	127.614
		Taxa em				
Referência para passivos financeiros		31/03/2016	+ 25%	+ 50%	- 25%	- 50%
Dólar USD/R\$		3,97	4,97	5,96	2,98	1,99

De acordo com o CPC 40 (R1), apresentamos abaixo os valores dos instrumentos derivativos da Companhia, vigentes em 31 de março de 2016, que podem ser assim resumidos:

Operações passivas		Valor justo	
Objetivo de hedge de risco de mercado (a)	Indexadores	31/03/2016	31/12/2015
SWAP			
Ponta ativa	US\$	98.014	128.115
Ponta passiva	CDI	(18.763)	(18.984)
Total		79.251	109.131
Ativo não circulante		(18.763)	128.115
Passivo circulante		98.014	(18.984)

A Companhia possui *Swap* com os bancos Itaú e Santander referentes às operações em moeda estrangeira, com seus respectivos vencimentos em 23 de dezembro de 2017 e 10 de outubro de 2017. Em 31 de março de 2016, os saldos devedores dos contratos na operação em moeda estrangeira do Itaú e Santander são respectivamente R\$146.810 e R\$149.020.

Risco de vencimento antecipado - A CEMAR possui contratos de empréstimos, financiamentos e debêntures com *covenants* que, em geral, requerem a manutenção de índices econômico-financeiros em determinados níveis. O descumprimento desses índices pode implicar em vencimento antecipado das dívidas. A Administração acompanha suas posições, bem como projeta seu endividamento futuro para atuar preventivamente aos limites de endividamento mencionados nas notas 15 (Empréstimos e financiamentos) e 16 (Debêntures).

Companhia Energética do Maranhão - CEMAR

Notas explicativas às demonstrações financeiras intermediárias--Continuação
31 de março de 2016 e 2015
(Em milhares de reais, exceto quando especificado)

29. Instrumentos financeiros--Continuação

29.6. Gestão de risco decorrente de instrumentos financeiros--Continuação

Risco do fluxo de caixa ou valor justo associado à taxa de juros - As variações das taxas de juros da economia afetam tanto os ativos quanto os passivos financeiros da Companhia. Abaixo demonstramos os impactos dessas variações na rentabilidade dos investimentos financeiros e no Endividamento em moeda nacional da Companhia.

A sensibilidade dos ativos e passivos financeiros da Companhia foi demonstrada em cinco cenários.

Apresentamos em conformidade com a Instrução nº 475 da CVM, um cenário com taxas reais verificadas em 31 de março de 2016 (Cenário Provável) mais dois cenários com apreciação de 25% (Cenário II) e 50% (Cenário III) dos indexadores.

Incluimos, ainda, mais dois cenários com o efeito inverso ao determinado na instrução para demonstrar os efeitos com a depreciação de 25% (Cenário IV) e 50% (Cenário V) desses indexadores.

Operação	Risco	Cenário provável	Cenário II	Cenário III	Cenário IV	Cenário V
Ativos financeiros						
Aplicações financeiras						
	CDI					
Passivos financeiros						
Empréstimos, financiamentos e debêntures						
ECF - 1510/97	FINEL	-	-	-	-	-
ECF - 1639/97	FINEL	-	-	-	-	-
ECF - 1645/97	FINEL	-	-	-	-	-
ECF - 1907/99	FINEL	-	-	-	-	-
ECF - 1908/99	IGP-M	-	-	-	-	-
ECF - 1960 /99	FINEL	(3.120)	(3.338)	(3.556)	(2.902)	(2.685)
ECF - 2034/00	FINEL	-	-	-	-	-
AGROINDUSTRIAL I	CDI	(3.265)	(4.080)	(4.895)	(2.450)	(1.634)
AGROINDUSTRIAL II	CDI	(5.310)	(6.636)	(7.962)	(3.984)	(2.658)
AGROINDUSTRIAL III	CDI	(1.415)	(1.769)	(2.122)	(1.062)	(708)
AGROINDUSTRIAL IV	CDI	(806)	(1.008)	(1.209)	(605)	(404)
BNDES Direto 1	TJLP	(2.254)	(2.548)	(2.841)	(1.961)	(1.668)
BNDES Direto 2	TJLP	(11.947)	(13.673)	(15.399)	(10.221)	(8.496)
BNDES Direto 3	TJLP	(4.574)	(4.985)	(5.396)	(4.163)	(3.752)
BNDES Direto 3	SELIC	(14.167)	(14.614)	(15.060)	(13.721)	(13.274)
DEBENTURES 4ª EMISSAO - 1º Série	CDI	(3.583)	(4.413)	(5.242)	(2.754)	(1.924)
DEBENTURES 4ª EMISSAO - 2º Série	IPCA	(169.824)	(171.401)	(172.979)	(168.246)	(166.669)
DEBENTURES 6ª EMISSAO	CDI	(7.617)	(9.518)	(11.418)	(5.717)	(3.816)
IFC	CDI	(43)	(43)	(43)	(43)	(43)
IBM	CDI	(1.032)	(1.044)	(1.055)	(1.021)	(1.009)

Companhia Energética do Maranhão - CEMAR

Notas explicativas às demonstrações financeiras intermediárias--Continuação
31 de março de 2016 e 2015
(Em milhares de reais, exceto quando especificado)

29. Instrumentos financeiros--Continuação

29.6. Gestão de risco decorrente de instrumentos financeiros--Continuação

Referência para ativos e passivos financeiros	Taxa em 31/03/2016	25%	50%	-25%	-50%
CDI (%6 meses)	3,25	4,06	4,88	2,44	1,63
SELIC (% 6meses)	3,26	4,07	4,88	2,44	1,63
TJLP (% 6meses)	1,82	2,28	2,74	1,37	0,91
IGP-M (% 6 meses)	2,97	3,71	4,45	2,22	1,48
IPCA (% 6 meses)	2,62	3,28	3,93	1,97	1,31

Risco do fluxo de caixa ou valor justo associado à taxa de juros

Impacto da sensibilidade no resultado e no patrimônio líquido da Companhia é demonstrado abaixo:

Cenários	Impacto no resultado	Impacto no patrimônio líquido
Cenário provável	-	-
Cenário II	(76.678)	(76.678)
Cenário III	(153.356)	(153.356)
Cenário IV	76.678	76.678
Cenário V	153.356	153.356

Risco de escassez de energia - O Sistema Elétrico Brasileiro é abastecido predominantemente pela geração hidrelétrica. Um período prolongado de escassez de chuva, durante a estação úmida, reduzirá o volume de água nos reservatórios dessas usinas, trazendo como consequência o aumento no custo na aquisição de energia no mercado de curto prazo e na elevação dos valores de Encargos de Sistema em decorrência do despacho das usinas termelétricas. Numa situação extrema poderá ser adotado um programa de racionamento, que implicaria em redução de receita.

Risco da revisão e do reajuste das tarifas de fornecimento - Os processos de Revisão e Reajuste Tarifários são garantidos por contrato e empregam metodologias previamente definidas. Alterações na metodologia vigente devem ser amplamente discutidas e contarão com contribuições da Companhia, concessionárias e demais agentes do setor. Em caso de evento imprevisível que venha a afetar o equilíbrio econômico-financeiro da concessão, poderá a CEMAR justificar e requerer ao regulador a abertura de uma Revisão Tarifária Extraordinária, ficando a realização desta ao critério do regulador. A própria ANEEL também poderá proceder com Revisões Extraordinárias caso haja criação, alteração ou exclusão de encargos e/ou tributos, para seu repasse às tarifas.

Companhia Energética do Maranhão - CEMAR

Notas explicativas às demonstrações financeiras intermediárias--Continuação
31 de março de 2016 e 2015
(Em milhares de reais, exceto quando especificado)

29. Instrumentos financeiros--Continuação

29.7 Gestão do capital

A Companhia administra o seu capital de modo a maximizar o retorno dos investidores por meio da otimização do nível de endividamento e do patrimônio, buscando uma estrutura de capital eficiente e mantendo índices de endividamento e cobertura de dívida em níveis que venham a otimizar o retorno de capital aos seus investidores e garanta a liquidez da Companhia.

A Administração da Companhia estabelece e acompanha as diretrizes dos níveis de endividamento e liquidez, assim como as condições de custo e prazo dos financiamentos contratados.

O gerenciamento do capital está baseado no acompanhamento de três indicadores financeiros, estabelecendo os limites máximos que não comprometem as operações da Companhia:

- Dívida líquida / EBITDA
- Dívida líquida / (dívida líquida + patrimônio líquido)
- Dívida de curto prazo/ dívida total

No período findo em 31 de março de 2016, a Companhia atingiu níveis esperados dos indicadores mencionados acima.

30. Compromissos

Os compromissos relacionados a contratos de longo prazo com a compra de energia são os seguintes:

	Vigência	2016	2017	2018	Após 2018
Energia contratada	2016 a 2032	1.343.053	1.215.973	1.296.274	25.030.731

Os valores relativos aos contratos de compra de energia, cuja vigência varia de 6 a 30 anos, representam o volume total contratado pelo preço atualizado de acordo com a cláusula do CCEAR, e foram homologados pela ANEEL.

Companhia Energética do Maranhão - CEMAR

Notas explicativas às demonstrações financeiras intermediárias--Continuação
31 de março de 2016 e 2015
(Em milhares de reais, exceto quando especificado)

31. Segmento de negócios

Segmentos operacionais são definidos como atividades de negócio dos quais pode se obter receitas e incorrer em despesas, cujos resultados operacionais são regularmente revistos pelo principal gestor das operações da entidade para a tomada de decisões sobre recursos a serem alocados ao segmento e para a avaliação do seu desempenho e para o qual haja informação financeira individualizada disponível.

Todas as decisões tomadas pela Companhia são baseadas em relatórios consolidados, os serviços são prestados utilizando-se uma rede integrada de distribuição, e as operações são gerenciadas em bases consolidadas. Consequentemente, a Companhia concluiu que possui apenas um segmento passível de reporte.

32. Seguros

A especificação por modalidade de risco e data de vigência dos principais seguros, de acordo com as apólices de seguros contratadas pela Companhia estão demonstrados a seguir:

Riscos	Vencimento das apólices	Importância segurada
Riscos operacionais	31/12/2016	228.723
Responsabilidade civil geral - operações	31/12/2016	7.000
Riscos diversos	20/02/2017	1.095
Seguro garantia judicial	(a)	28.274
Seguro garantia leilão de energia	(b)	861
Automóvel	31/01/2017	(c)

(a) Apólices vigentes até julho de 2018.

(b) Apólices vigentes até abril de 2017.

(c) 112 veículos próprios segurados, conforme apólice.

A Companhia adota a política de contratar cobertura de seguros para os bens sujeitos aos riscos por montantes considerados suficientes para cobrir eventuais sinistros, considerando a natureza de sua atividade. Os seguros da Companhia são contratados conforme os preceitos de gerenciamento de riscos e seguros geralmente empregados por empresas de distribuição de energia elétrica. As premissas de riscos adotadas, dada a sua natureza, não fazem parte do escopo de um exame de demonstrações financeiras intermediárias e, consequentemente, não foram examinadas pelos nossos auditores independentes.

Companhia Energética do Maranhão - CEMAR

Notas explicativas às demonstrações financeiras intermediárias--Continuação
31 de março de 2016 e 2015
(Em milhares de reais, exceto quando especificado)

33. Eventos subsequentes

Em 14 de abril de 2016 foi aprovado, em Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária, aumento de capital da Companhia, sem emissão de novas ações, no montante de R\$89.210, conforme mencionado na nota 22.6.

Companhia Energética do Maranhão - CEMAR

Notas explicativas às demonstrações financeiras intermediárias--Continuação
31 de março de 2016 e 2015
(Em milhares de reais, exceto quando especificado)

Conselho de Administração

Antônio Ferreira Simões Filho

Augusto Miranda da Paz Júnior

Eduardo Haiama

Firmino Ferreira Sampaio Neto

José Carlos Muniz de Brito Filho

José Silva Sobral Neto

Lídce Almeida Silva

Conselho Fiscal

Luiz Augusto Pereira de Andrade Figueira

Paulo Roberto Franceschi

Saulo Tarso A. Lara

Vanderlei Dominguez da Rosa

Vladia Viana Régis

Companhia Energética do Maranhão - CEMAR

Notas explicativas às demonstrações financeiras intermediárias--Continuação
31 de março de 2016 e 2015
(Em milhares de reais, exceto quando especificado)

Diretoria Executiva

Eduardo Haiama
Diretor de Relações com Investidores

Carla Ferreira Medrado
Diretor

José Jorge Leite Soares
Diretor

Humberto Soares Filho
Diretor

Marcos Antônio Souza de Almeida
Diretor

Chrysthyan Gonçalves de Almeida
Diretor

Tinn Freire Amado
Diretor

Geovane Ximenes de Lira
Gerente de Contabilidade e Tributos
Contador
CRC PE 012996-O-3 S-MA